



CAPES

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ministério da Educação – Anexos I e II – 2º andar
Caixa Postal 365
70359-970 – Brasília – DF
Brasil

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2001

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CAPES-2001
**Destinada aos Órgãos de Controle Interno e
ao Tribunal de Contas da União**

Aprovado pelo Conselho Superior em 25/04/2002.

SUMÁRIO

1 –	INTRODUÇÃO	03
2 –	QUADRO GERAL DOS RECURSOS E APLICAÇÕES	05
3 –	AÇÕES DE FOMENTO	07
	<i>3.1 Programa de Bolsas de Estudos no Exterior.</i>	<i>10</i>
	<i>3.2 Programa de Demanda Social.</i>	<i>18</i>
	<i>3.3 Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica – PICDT.</i>	<i>22</i>
	<i>3.4 Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF.</i>	<i>27</i>
	<i>3.5 Programa de Suporte à Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Particular (PROSUP).</i>	<i>30</i>
	<i>3.6 Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD).</i>	<i>31</i>
	<i>3.7 Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP).</i>	<i>32</i>
	<i>3.8 Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP).</i>	<i>33</i>
	<i>3.9 Programa Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PECPG).</i>	<i>34</i>
	<i>3.10 Programas Complementares.</i>	<i>36</i>
4 –	ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO	36
5 –	AÇÕES ADMINISTRATIVAS	42
	<i>5.1 Diligências de Controle Interno e Externo</i>	<i>45</i>
	<i>5.2 Processos Administrativos, Tomada de Contas Especial e de Sindicância</i>	<i>45</i>
	<i>5.3 Convênios, Acordos e Ajustes</i>	<i>46</i>
	<i>5.4 Da Conta Diversos Responsáveis</i>	<i>51</i>
	<i>5.5 Das Economias Obtidas</i>	<i>52</i>

1 - INTRODUÇÃO

A Capes comemorou, no ano de 2001, uma trajetória cinquentenária. Foi criada no dia 11 de julho de 1951, pelo Decreto Nº 29.741 do Presidente Getúlio Vargas, como *Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. Nestes cinquenta anos, a Instituição preparou os alicerces, edificou e vem consolidando o mais expressivo sistema de ensino de pós-graduação do hemisfério sul, superior aos de muitos países da Europa.

Por esta razão, a Capes pode ser considerada como uma das principais alavancas para o desenvolvimento de todo o sistema educacional brasileiro e também para a promoção das atividades de ciência e tecnologia, condição chave para uma inserção competitiva do país no mundo econômico e, sobretudo, para a geração de benefícios sociais, culturais e materiais para a população.

Denominada, posteriormente, *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*, foi transformada em fundação pública por força do art. 1º do Decreto nº 524, de 19 de maio de 1992, com base na Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992. Vinculada ao Ministério da Educação, teve seu último estatuto aprovado pelo Decreto nº 3.543, de 12 de junho de 2000, que a ela atribuiu o mister de subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, de coordenar e avaliar os cursos desse nível no País, além de estimular, mediante a concessão de bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência em grau superior, para a pesquisa e para o atendimento às demandas dos setores público e privado.

A implantação, a promoção do crescimento e a consolidação da pós-graduação no Brasil constitui, portanto, a marca do sucesso da instituição. O objetivo já alcançado não esgota a dinâmica de seu trabalho. Ao contrário, a Capes prossegue a descortinar novos caminhos e aprimorar seus modelos de atuação em sintonia com as reivindicações da sociedade. Assim, por exemplo, são crescentes as preocupações com diversos aspectos que marcaram a evolução e que ainda fazem-se presentes na configuração atual da pós-graduação. Dentre outras, destaca-se a necessidade, na sua função de capacitação docente, de aprofundar a formação pedagógica; de ampliar à capacidade de ensinar e de transmitir conhecimentos; de desenvolver o planejamento curricular; de fortalecer as relações com os serviços de extensão, ou seja, de estabelecer um maior vínculo da pós-graduação com a sociedade e com a comunidade na qual está inserida. Isto deve ocorrer, sem que os programas percam ou diminuam a qualidade, a autonomia ou a capacidade criadora de novos conhecimentos.

No entanto, não se pode negar que a pós-graduação, entendida exclusivamente como estudos avançados, para a formação de mestres,

doutores e de pesquisadores para a academia, vem sendo pressionada a abrir espaços para possibilitar, também, a formação de profissionais, em caráter continuado, inclusive no exercício da docência.

Neste contexto, a Capes, além de subsidiar o MEC nos assuntos de suas atribuições específicas, desenvolve um conjunto de programas de fomento e de projetos de apoio, cujas realizações, no ano de 2001, estão documentadas, resumidamente, no presente relatório.

As informações contidas nas tabelas e gráficos mostram os investimentos absorvidos pelos principais programas e linhas regulares de fomento ao ensino de pós-graduação no Brasil, bem como as ações de avaliação e de administração desenvolvidas pela Agência .

Desvendam-se os principais indicadores físico-financeiros que salientam as contribuições da Agência, não apenas em termos de apoio à expansão e à consolidação dos programas de pós-graduação, mas também na promoção progressiva da melhoria do padrão de qualidade requerido por dispositivos constitucionais e demais instrumentos normativos da educação nacional.

A Capes, como órgão responsável por formular e implementar a política brasileira de pós-graduação e por criar e conduzir um dos mais importantes sistemas de avaliação desse nível de ensino no mundo, adotou ações prioritárias para a manutenção de seu grau de excelência visando a atender, de forma satisfatória, as demandas decorrentes do sistema da pós-graduação e, principalmente, da manutenção de níveis satisfatórios de recursos para que as Instituições de Ensino Superior possam desenvolver seus Programas de Mestrado e Doutorado.

Os êxitos obtidos na formação de pessoal de nível superior são consequência de um sistema de avaliação que se aperfeiçoa progressivamente nas diferentes áreas do conhecimento. A geração do conhecimento, analisada por pares de ilibada competência, e a capacidade de inovação constituem o ponto de referência da qualidade alcançada pelos docentes e discentes dos cursos de pós-graduação. Esta é a base de todo processo avaliativo direcionado aos programas com vistas ao seu reconhecimento e validade nacional dos títulos concedidos.

As ações de fomento da Capes, acompanhadas por tão rigoroso processo de avaliação, respondem pela montagem e pela operação de uma sólida rede de instituições universitárias, com mais de 1.500 (mil e quinhentos) programas de pós-graduação que atendem a um contingente de mais de 96.000 (noventa e seis mil) estudantes, ou seja, cerca de 4% da população estudantil matriculada no ensino superior do país.

2 - QUADRO GERAL DOS RECURSOS E APLICAÇÕES

A atuação da Capes, em 2001, deve ser avaliada a partir das ações implementadas em consonância com a programação anual e a respectiva dotação orçamentária aprovada no Orçamento Geral da União. Os recursos destinados à Fundação totalizaram R\$ 507.869.850,00 (quinhentos e sete milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais), um valor que superou em cerca de 10,83% a dotação do ano de 2000. Além desses recursos, uma parcela de R\$ 7.718.877,00 (sete milhões, setecentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta e sete reais) foi destacada e endereçada para a Capes por outros órgãos da Administração Pública Federal.

A continuidade da proposta da Capes, visando a assegurar a eficácia do apoio aos programas de pós-graduação em níveis crescentes de qualidade, nos próximos anos, depende fundamentalmente da manutenção e expansão de seus recursos orçamentários, o que irá permitir que se reforcem e implementem novas ações até 2003. Ampliando esse escopo, inclui-se o esforço para a superação de novos desafios, mediante ações voltadas para as seguintes metas:

- indução, por meio de instrumentos apropriados de fomento, para a implantação e desenvolvimento de programas em subáreas não cobertas pelos programas já existentes;
- realização de acordos multi e interinstitucionais para sustentação, nos primeiros anos, de programas destinados à oferta de cursos novos em áreas carentes;
- descentralização ou desconcentração da pós-graduação, observados os requerimentos de qualidade, mediante fomento à interiorização;
- promoção de estímulo à mobilidade docente, mediante desenvolvimento de mecanismos como a absorção de recém doutores;
- apoio ao desenvolvimento e difusão das novas tecnologias de informação para a viabilizar a educação a distância, sem perda de qualidade;
- incentivo à criação de doutorados nos programas que possuem mestrados consolidados;
- criação de novos programas em regiões com menor densidade de cursos;
- estímulo ao estabelecimento de parcerias com governos estaduais para o desenvolvimento de projetos regionais de pesquisa e pós-graduação em áreas estratégicas;
- apoio aos programas regionais de pós-graduação e às redes de pesquisa, buscando acionar mecanismos para atração e fixação de recém doutores e pós-doutores.

As TABELAS 1 e 2, apresentadas a seguir, mostram os aspectos principais da dotação e execução orçamentárias de 2001. Foram previstos dispêndios com bolsas no valor de R\$ 390.328.914,00 (trezentos e noventa milhões, trezentos e vinte e oito mil, novecentos e quatorze reais), suplementados em R\$

12.540.000,00 (doze milhões, quinhentos e quarenta mil reais), para assegurar o necessário equilíbrio dos dispêndios com as bolsas no exterior que sofreram oscilações consequentes à variação cambial. O montante de bolsas representou 79% (setenta e nove por cento) do orçamento final. O item seguinte contemplado com maior aplicação foi o de Ampliação do Acervo Bibliográfico, R\$ 50.210.000,00 (cinquenta milhões, duzentos e dez mil reais), correspondendo a uma participação de 10% (dez por cento). As despesas com pessoal e manutenção, incluídos os gastos com pensionistas e inativos, foram da ordem de R\$ 15.838.000,00 (quinze milhões, oitocentos e trinta e oito mil reais). Este componente representou 3,1% do total da despesa e está dentro dos padrões normais de gastos da Agência. Excepcionalmente, em 2001, os órgãos vinculados ao MEC tiveram que saldar dívidas de exercícios anteriores referentes ao Pasep. Coube à Capes, neste particular, o encargo de R\$ 8.649.797,00 (oito milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, setecentos e noventa e sete reais).

TABELA 1
Capex – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2001

(Valores em R\$ 1,00)

TIPO	DOTAÇÃO INICIAL			CRÉDITO SUPLEMENTAR			DOTAÇÃO FINAL		
	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL
BOLSA	390.328.914		390.328.914	12.540.000		12.540.000	402.868.914		402.868.914
FOMENTO	14.354.233	7.967.021	22.321.254				14.354.233	7.967.021	22.321.254
Centros Regionais	3.000.000		3.000.000				3.000.000		3.000.000
Ampliação do Acervo Bibliográfico	30.210.000		30.210.000	20.000.000		20.000.000	50.210.000		50.210.000
AVALIAÇÃO	3.605.000	200.058	3.805.058				3.605.000	200.058	3.805.058
Residência Médica		1.114.068	1.114.068					1.114.068	1.114.068
MANUTENÇÃO	3.991.672	1.410.420	5.402.092				3.991.672	1.410.420	5.402.092
PESSOAL	10.307.088		10.307.088	(374.864)		(374.864)	9.932.224		9.932.224
PASEP	61.152		61.152	8.649.797		8.649.797	8.710.949		8.710.949
DIVERSOS (1)	577.850		577.850	(72.559)		(72.559)	505.291		505.291
TOTAL	456.435.909	10.691.567	467.127.476	40.742.374	0	40.742.374	497.178.283	10.691.567	507.869.850

(1) Inclui: Benefícios, Capacitação, Treinamento, Assistência Médica e Residência Médica.

(2) Não contém R\$ 7.718.877,00, referentes a recursos orçamentários recebidos de terceiros.

TABELA 2
Capex – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2001

(Valores em R\$ 1,00)

TIPO	CRÉDITO DESCENTRALIZADO			CRÉDITO LIQUIDADO			TOTAL Executado
	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL	
BOLSA	175.845.481,71		175.845.481,71	226.976.250,86		226.976.250,86	402.821.732,57
FOMENTO	4.676.496,01	2.344.510,18	7.021.006,19	9.648.728,62	4.706.750,48	14.355.479,10	21.376.485,29
Centros Regionais				2.999.933,48		2.999.933,48	2.999.933,48
Ampliação do Acervo Bibliográfico	14.115.000,00		14.115.000,00	36.095.000,00		36.095.000,00	50.210.000,00
AVALIAÇÃO				3.597.349,70	200.058,00	3.797.407,70	3.797.407,70
Residência Médica					1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
MANUTENÇÃO				3.991.671,77	1.410.420,00	5.402.091,77	5.402.091,77
PESSOAL				9.932.224,00		9.932.224	9.932.224,00
PASEP				8.710.949,23		8.710.949,23	8.710.949,23
DIVERSOS (1)				503.729,66		503.729,66	503.729,66
TOTAL	194.636.977,72	2.344.510,18	196.981.487,90	302.455.837,32	7.317.228,48	309.773.065,80	506.754.553,70

(1) - Inclui: Benefícios, Capacitação, Treinamento.

(2) Não contém R\$ 7.655.638,13 referentes a recursos orçamentários de terceiros

3 - AÇÕES DE FOMENTO

As ações de fomento constituem o principal e tradicional foco de atuação da Capes que alcançou notoriedade nacional por meio de seus programas de bolsas.

As atividades de avaliação somente começaram a ser realizadas, de maneira sistemática, a partir de 1976, visando a preservação da qualidade do sistema. Porém, as de fomento nasceram com a instituição da "Campanha para Aperfeiçoamento". Desde então, caracterizam-se por duas grandes linhas: a de Bolsas no Exterior e a de Bolsas no País. Este tratamento distinto é necessário para o estabelecimento de uma política consistente de capacitação e de fixação de pessoal titulado, bem como para assegurar um desenvolvimento harmônico da oferta nacional de cursos de pós-graduação.

Graças às ações de fomento, milhares de mestres e doutores já se titularam, representando uma das ações mais decisivas para a qualificação do ensino superior do país, especialmente junto ao setor público. Se possível fosse quantificar e avaliar, em termos monetários, os retornos advindos da construção desta base técnico-científica e deste patrimônio intelectual para o desenvolvimento cultural, econômico, tecnológico e industrial do país,

certamente a compreensão da relevância das ações da Capes seria bem mais acentuada e difundida.

Sem prejuízo da continuidade dos tradicionais programas de fomento, a Capes vem procurando, nos últimos anos, promover neles aperfeiçoamento e ajustes, dotando-os de maior sistematização e disposição orgânica. Quase todos estão hoje dotados de adequada regulamentação e de processos informatizados de gestão e acompanhamento. A ênfase maior imprimida a todos os programas foi a de sintonização com as políticas governamentais, priorizando, fundamentalmente, a superação dos desafios mais prementes do Brasil, reconhecidos pelas lideranças governamentais e pela sociedade como um todo. São desafios que dependem de recursos humanos bem preparados para a promoção, a geração e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e para viabilizar a expansão e melhoria qualitativa do sistema educacional em todos os níveis, com destaque para o ensino de graduação e profissionalização técnica de segundo grau.

Os principais programas de fomento implementados pela Capes são os relatados a seguir: O Programa de Bolsas no Exterior, com uma média de 1.503 bolsas mantidas em 2001, sobressai, não apenas por seu porte e amplitude, como também por sua natureza estratégica. No passado, serviu de alavanca para a implantação do sistema nacional de pós-graduação desempenhando atualmente papel fundamental para a garantia de uma ativa inserção da pós-graduação brasileira na rede internacional de produção do conhecimento técnico e científico. Nesta linha, incluem-se, além da concessão de bolsas, as atividades de Cooperação Internacional, implementadas mediante acordos com países como Argentina, Alemanha, Portugal, França, Cuba, China, Estados Unidos, Itália, e Inglaterra. Dentre os convênios firmados com organismos e instituições acadêmicas e científicas internacionais, destacam-se os mantidos com a França, EUA, Alemanha, Portugal e Argentina.

A linha de concessão de Bolsas no País constitui-se a de maior envergadura para a formação de recursos humanos de alto nível necessários ao desenvolvimento nacional. São vários os programas implementados com este escopo. Caracterizam-se pela conciliação do atendimento à demanda espontânea, com base no mérito, havendo a inclusão, de forma harmônica, dos procedimentos de indução baseados em critérios que buscam uma interação crescente dos anseios individuais e institucionais com as necessidades econômicas e sociais. Estas últimas, materializadas pelas prioridades governamentais e dos setores produtivos, especialmente aquelas dos campos da educação e da saúde, ou dos setores estratégicos definidos pelas políticas de governo.

Durante o ano de 2001, a linha de Bolsas no País concedeu uma média de 22.734, distribuídas em cerca de 950 programas de pós-graduação, mantidos por quase uma centena de instituições nacionais de ensino superior. Somente

são contemplados programas que, avaliados pela Capes, obtiveram notas iguais ou superiores a 3 (três).

A execução orçamentária do programa de concessão de Bolsas, no país e exterior, atingiu praticamente a 100% da dotação aprovada durante o ano de 2001. Foram beneficiados mais de vinte e quatro mil estudantes, envolvendo um dispêndio total de R\$402.821.732,57 (quatrocentos e dois milhões, oitocentos e vinte e um mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e sete centavos).

Por sua vez, os dispêndios com as ações de fomento e de Bolsas pagos no país totalizaram cerca de R\$ 375.985.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais), que foram aplicados pelos seguintes principais programas:

- Programa de Demanda Social- DS
- Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica- PICDT
- Programa de Ampliação do Acervo Bibliográfico –PAAP
- Programa de Fomento à Pós-graduação – PROF
- Programa de Apoio à Pós- graduação- PROAP
- Programa Nacional de Cooperação Acadêmica- PROCAD
- Programa de Suporte à Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Particulares- PROSUP.
- Programa de Apoio a Eventos no País- PAEP
- Programa de Mestrado Interinstitucional- MINTER
- Programa de RH- Metrologia
- Programa de Apoio à Educação à Distância - PAPED
- Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP
- PADCT

São programas que, em seu conjunto, cumpriram 100% de suas metas físicas. O alcance desses níveis possibilitou a manutenção e aprimoramento dos principais indicadores de desenvolvimento da pós-graduação brasileira.

Dentre os principais indicadores de produtividade dos programas de pós-graduação, a Capes toma como referência o *Tempo Médio de Formação* que, até o ano de 1997, apresentava o índice de 3,86 para o Mestrado e 5,95 para o Doutorado. Após a implementação de algumas políticas, tais como a concessão de auxílios integrados para melhoria de infra-estrutura das IES; a adoção de critérios baseados no tempo de titulação para distribuição das quotas de bolsas; a viabilização do acesso a publicações internacionais, por meio do Programa de Apoio a Periódicos e de recomendações para melhoria do processo seletivo de bolsistas pelas IES, estes índices começaram a declinar. Já no final de 1997, caíram para 3,45 no Mestrado e para 4,89 no Doutorado.

Durante o ano de 2001, quando da realização da avaliação trienal dos Programas de Pós-graduação, relativa ao período 1998/2000, as comissões de áreas relataram ao final do processo que, em 2000, foram titulados 18.374 alunos de Mestrado e 5.344 alunos de Doutorado. Os dados revelaram um crescimento de 76% em relação ao número de titulados em 1996. O tempo médio de titulação para o Mestrado caiu para 3,01 e para o Doutorado 4,60 anos. Desta forma, evidenciou-se que as políticas implementadas pela Capes alcançaram bons resultados. Além da adequação do Sistema Nacional de pós-graduação às transformações da sociedade, buscou-se fortalecê-lo em suas diversas dimensões de qualidade e de produtividade.

3.1 - Programa de Bolsas de Estudos no Exterior

Durante as primeiras décadas de atuação da Capes, a concessão de bolsas para formação pós-graduada no exterior desempenhou um papel de importância histórica. O programa objetivava atender a um requisito essencial para que se pudesse criar, no país, precipuamente, a base técnico-científica necessária à implantação da pós-graduação: promover a capacitação de docentes e pesquisadores de alto nível. Sem essa condição, ou seja, a existência de lideranças e competências científicas, seria impossível reproduzir internamente novos quadros e criar a massa crítica indispensável à produção e à disseminação do conhecimento científico e tecnológico. Atualmente, tal observância talvez exista em algumas áreas, mas, indiscutivelmente, já se dispõe de razoável capacidade formadora na pós-graduação *stricto sensu*. Compreende-se, deste modo, a desaceleração do ritmo da busca de estudos pós-graduados no exterior.

A realidade, hoje, portanto, é significativamente distinta e isto impõe ênfases também diferentes. Para tanto, a Capes tem feito mudanças importantes na configuração e na implementação do Programa de Bolsas no Exterior visando, sobretudo, imprimir maior adequação finalística às necessidades atuais do sistema de pós-graduação e de pesquisa do país.

Os objetivos do Programa de Bolsas no Exterior estão concentrados, presentemente, na concessão de bolsa para as modalidades de Doutorado, Doutorado Sanduíche e Pós-doutorado. Enfatiza-se sua destinação aos profissionais vinculados à docência no Ensino Superior, no intuito de participar do acelerado processo de avanço dos conhecimentos, bem como à consolidação do sistema nacional de pós-graduação e pesquisa com o atendimento à demandas específicas de formação para o processo de inovação tecnológica do setor produtivo.

Em 2001, o Programa buscou atender às demandas de docentes e pesquisadores brasileiros das diversas áreas do conhecimento, de forma cada

vez mais articulada com as necessidades e metas fixadas pelas programações das universidades e instituições de pesquisa. A concessão de bolsas correspondeu a uma média mensal de 1.503, sendo 708 de Doutorado; 356 de Doutorado-Sanduíche; 197 de Pós-doutorado; 28 de Especialização, 19 de Mestrado e, ainda, 195 bolsas para a Graduação Sanduíche.

Convém assinalar o aumento gradativo das bolsas de Doutorado-Sanduíche, resultado da política de estímulo à inserção dos pesquisadores brasileiros nos centros internacionais de pesquisa e, ao mesmo tempo, de valorização e aproveitamento da capacidade instalada dos Programas de Pós-graduação considerados de nível internacional pelo sistema de avaliação da Capes, incluindo avaliadores de conceituadas instituições estrangeiras.

O investimento total no Programa, inclusas as despesas com seguros, taxas, passagens e auxílios para elaboração de teses, somou aproximadamente, US\$ 34,160,000.00 (trinta e quatro milhões, cento e sessenta mil dólares), calculados a uma taxa de câmbio média de R\$ 2,44. Deste montante, US\$ 23,544,230.00 (vinte e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil e duzentos e trinta dólares), 70%, foram gastos com mensalidades pagas no exterior.

Quanto à distribuição de bolsas pelos diferentes países, mantiveram-se os fluxos tradicionais. Os Estados Unidos com 466 bolsas, a França com 355, a Inglaterra com 176 e a Alemanha com 171 lideram a preferência, ficando a Espanha, o Canadá, Portugal, a Holanda, a Itália e a Austrália entre os países que formam um segundo bloco a que se destinam os estudantes brasileiros.

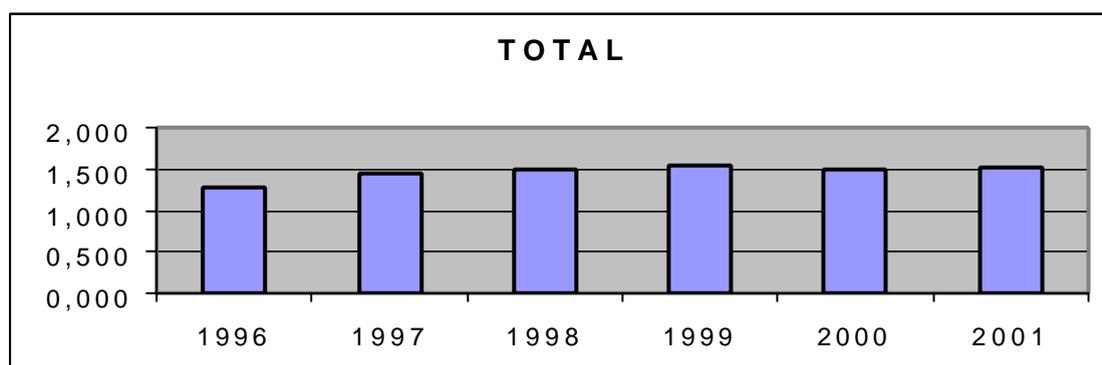
Concomitante ao desenvolvimento desse programa, a Capes intensificou as atividades de intercâmbio e cooperação internacional, como instrumento de aplicação da competência científica e tecnológica do país. Destacaram-se os convênios e acordos firmados com a Alemanha, a França, os Estados Unidos, a Inglaterra e com os países latino-americanos.

Conforme se pode observar pelos dados da TABELA 3, a seguir, o número total de bolsistas apoiados pela Capes no exterior tem-se mantido estável a partir de 1997, quando se verificou uma elevação em relação aos patamares de anos anteriores.

TABELA 3
BOLSAS NO EXTERIOR – Evolução do Número de Bolsistas 1996/2001

Ano	Total	Doutorado Pleno	Doutorado Sandwich	Especialização	Graduação Sanduíche	Mestrado	Pós-Doutorado
1996	1,279	943	154	19		48	115
1997	1,456	955	235	52		37	177
1998	1,501	945	252	73	79	18	134
1999	1,553	848	275	71	223	8	128
2000	1,518	761	309	46	262	11	129
2001	1,503	708	356	28	195	19	197

GRÁFICO 1
BOLSAS NO EXTERIOR – Evolução do Número de Bolsistas 1996/2001



Quanto à distribuição de bolsas pelos diferentes países, foram mantidas as tendências já tradicionais. Os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Espanha, nesta ordem, foram os países que receberam maior número de bolsistas. (TABELA 4 e GRÁFICO 2)

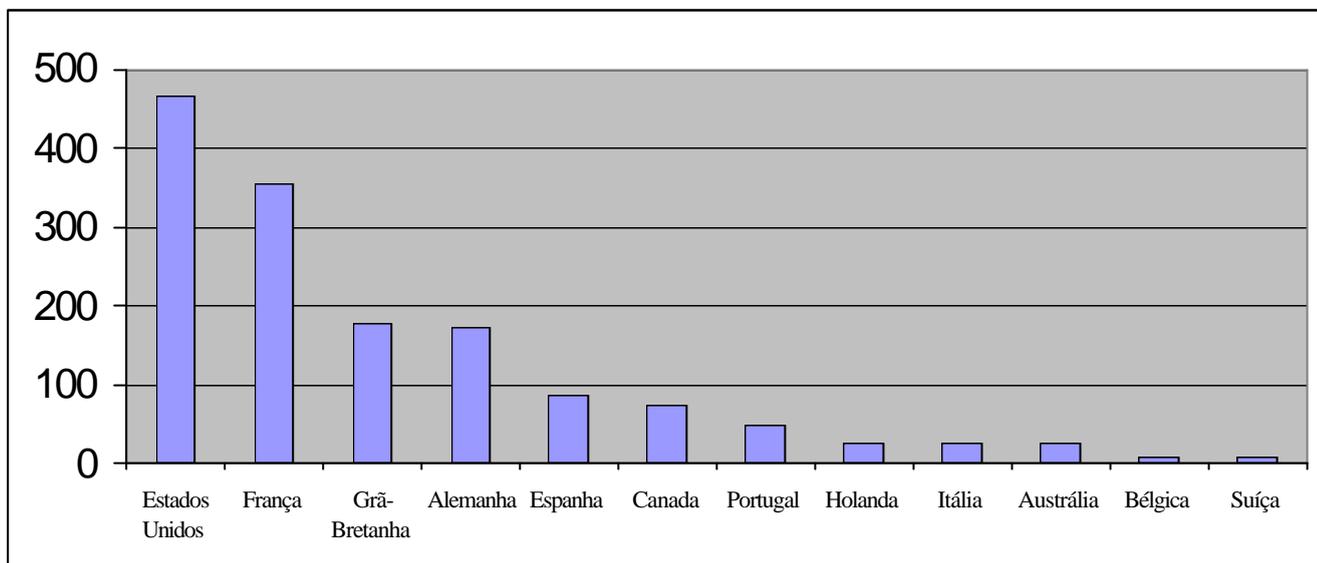
TABELA 4
BOLSAS NO EXTERIOR – Número de bolsistas no Exterior por País de Destino Jan/Dez
2001

País de Destino	Total	Doutorado	Doutorado Sanduíche	Especialização	Graduação Sanduíche	Mestrado	Pós-Doutorado
Estados Unidos	466	230	121	10	20	15	70
França	355	137	98	4	58		59
Grã-Bretanha	176	136	24	3		1	12
Alemanha	171	24	20	5	118		5
Espanha	85	59	14	1		1	10
Canadá	73	38	15	2			19
Portugal	48	17	22	1			9
Holanda	26	21	4	1			1
Itália	26	10	11	1			5
Austrália	26	16	6				5
Bélgica	8	4	3	1			1
Suíça	8	4	4	1			
Argentina	7	1	5			2	
Dinamarca	3	2	1				
Nova Zelândia	5	5	1				
Suécia	3		2				1
México	5	2	2				0
Noruega	1	1	0				
Israel	2		2				
Áustria	1	1	0				
Cuba	1			1			
Finlândia	2	1					1
Irlanda	3	1	2				
Japão	1	1					
República Dominicana	1		1				
Total	1.503	708	357	28	195	18	197
Percentual	100	47,11	23,74	1,85	12,99	1,20	13,11

(Boletim Estatístico_TB-8)

GRÁFICO 2

BOLSAS NO EXTERIOR – Relação dos 12 países com maior concentração de Bolsistas



A participação de bolsistas, segundo a região de origem, pode ser visualizada na TABELA 5, observando-se o predomínio das Regiões Sudeste e Sul. A participação da Região Nordeste em 2001, ficou em torno de 9%.

O GRÁFICO 3 mostra a distribuição da origem dos bolsistas por Unidade da Federação, confirmando a grande concentração regional da base técnico-científica instalada no País. Cerca de 31% dos bolsistas são oriundos do Estado de São Paulo, um percentual que sobe para 56%, somando a participação do Rio de Janeiro e de Minas Gerais .

TABELA 5

BOLSAS NO EXTERIOR – Número de bolsistas no exterior segundo a região de origem do bolsista (média mensal)

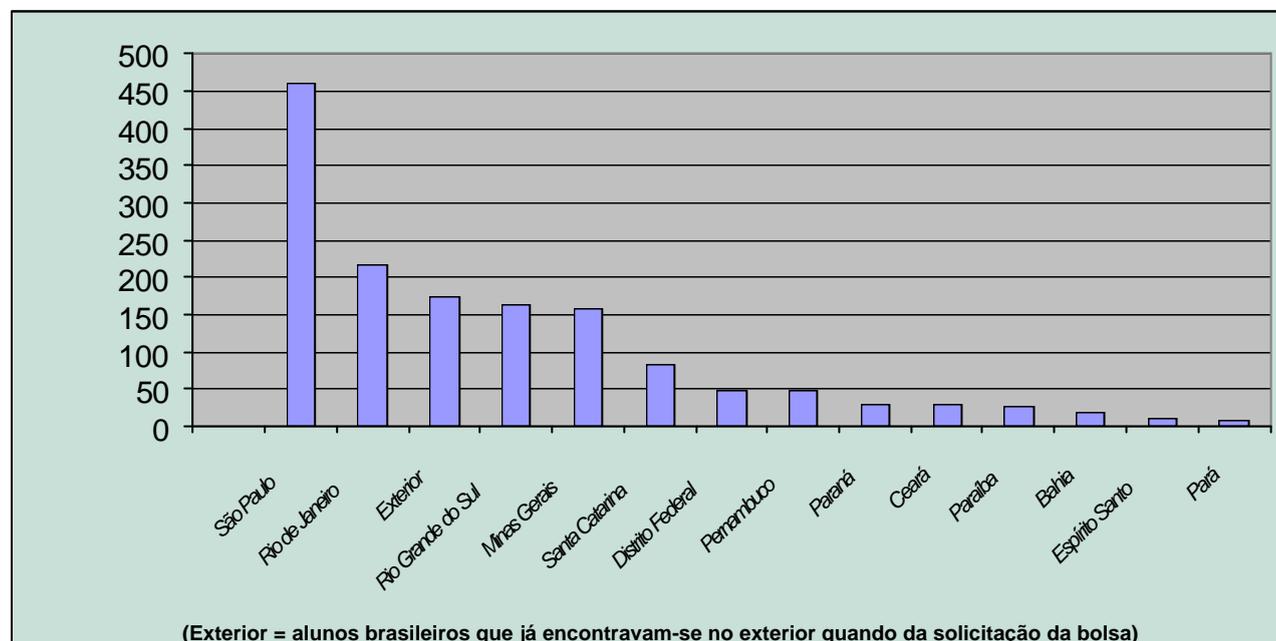
Região	Unidade da Federação	Total	Doutorado	Doutorado Sanduíche	Especialização	Graduação Sanduíche	Mestrado	Pós-Doutorado
Sudeste	São Paulo	461,5	136,3	141	8	102,9	8,6	64,7
	Rio de Janeiro	217,9	105,6	53,4	4,2	23,8	2,4	28,6
	Minas Gerais	157,8	82,3	43,3	2,5	15,2	1	13,5
	Espírito Santo	11,3	8,3	1,8		1,1		
	Total	848,5	332,6	239,6	14,7	142,9	12	106,8
Sul	Rio Grande do Sul	162,8	86,6	45,7	0,7	16,4	4,3	9,2
	Santa Catarina	82,2	36,3	33,4	1	10,5		0,9
	Paraná	30,5	13,4	6,3	1	7		2,8
	Total	275,5	136,3	85,3	2,7	33,9	4,3	12,9
Nordeste	Pernambuco	49,3	38	6,9	2	1,4		1
	Ceará	29,4	16,3	4,3	0,6	8,2		0,2
	Paraíba	27,4	25	0,7		0,6	0,4	0,8
	Bahia	19,3	10,3	6,8	1,8	0,5		
	Rio Grande do Norte	4,2	1,3	0,2	0,7	1,5	0,6	
	Sergipe	0,1	0,1					
	Piauí	1	1					
	Total	130,8	91,8	18,8	5	12,2	1	1,9
Centro-Oeste	Distrito Federal	49,5	30,8	9,8		4,5		4,3
	Goiás	6,3	5,3			1		
	Mato Grosso	0,8	0,8					
	Total	56,5	36,8	9,8		5,5		4,3
Norte	Amazonas	4,8	4	0,8				
	Pará	9,3	5,7	2,3	0,7	0,7		
	Total	14,1	9,7	3,1	0,7	0,7		
Exterior	Total	173,9	100,3		2,8		0,7	70,2
Não Informada	Não Informada	3,3	0,4		2			0,9
Total Geral		1.503	708	357	28	195	18	197

(Boletim Estatístico_TB-9)

(Exterior = alunos brasileiros que já encontravam-se no exterior quando da solicitação da bolsa)

GRÁFICO 3

Bolsas No Exterior –Número de Bolsistas no Exterior segundo a Unidade da Federação de Origem do Bolsista – Jan/Dez 2001



Simultaneamente ao desenvolvimento desse Programa, a Capes manteve as atividades de intercâmbio e cooperação internacional, que constituem importantes instrumentos para ampliação da competência científico-tecnológica do país. Destacaram-se os convênios e acordos implementados com a França (Acordo Capes/COFECUB); com a Alemanha (Programa Capes/DAAD); com os EUA (Comissão *Fulbrigt* e Universidade do Texas); com Portugal (ICCTI), além de diversos países latino-americanos. Merece destaque uma nova forma de intercâmbio, iniciada em 2001, criando-se parcerias universitárias. Foram firmados convênios e iniciados os primeiros projetos com os Estados Unidos, através do FIPSE (*Fund of Improvement of Higher Education*) e com a Alemanha pelo DAAD (*Deutscher Akademischer Austauschdienst*).

O Programa FIPSE/CAPES contempla o consórcio de instituições, pelo menos duas de cada país, que, em conjunto, escolhem uma área acadêmica. Estabelecendo troca de discentes e docentes, pretende-se compatibilizar e aprimorar currículos, tanto na estrutura como nos conteúdos das disciplinas, além da inovação em metodologias de ensino. Em situações especiais, isso poderá conduzir à dupla diplomação do aluno pelas instituições parceiras. Importante é a troca de alunos nos dois sentidos, com reconhecimento recíproco de créditos obtidos, com planos de estudos individuais previamente acordados pelas coordenadorias do consórcio.

Em 2001 foram apresentadas ao Programa FIPSE/CAPES 31 propostas. Delas, selecionaram-se 10 consórcios de duração de quatro anos, envolvendo, nos dois países, 47 instituições. Não houve desembolsos no exercício.

Com a Alemanha, o Programa UNIBRAL (DAAD/CAPES) tem finalidade semelhante, com parcerias de pelo menos uma instituição de cada lado. De 23 propostas apresentadas em 2001, foram selecionadas 07. Os desembolsos estão previstos para 2002.

A cada ano deverão ser acrescentados novos projetos ao programa com a previsão de, a partir de 2005, estarem em realização simultaneamente, 40 consórcios FIPSE/CAPES com pelo menos 80 parceiros, e 50 consórcios UNIBRAL (DAAD/CAPES) com pelo menos 50 parceiros de cada país, respectivamente. Como as parcerias nacionais não devem pertencer ao mesmo estado, está-se obtendo uma distribuição regional mais equilibrada que a dos programas habituais da cooperação internacional. Desta forma, quando os dois programas estiverem em pleno andamento, em torno de 130 instituições estarão em intercâmbio continuado com outras tantas estrangeiras.

Além da troca de alunos e professores, focando especialmente o ensino de graduação, o reconhecimento recíproco de créditos, os seminários paralelos de revisão e modernização curricular e a proposta de futura diplomação dupla, já prevista em alguns projetos em andamento, levam à expectativa de uma significativa inserção internacional da universidade brasileira.

Também iniciou-se em 2001, o estudo da proposta de um programa semelhante com a França, provisoriamente denominado BRAFITEC, entre a CAPES e a *Conférence des Directeurs d'Écoles et Formations d'Ingénieurs*, (CDEFI) que compreende as Grandes Escolas de Engenharia da França, visando a parcerias semelhantes às dos Estados Unidos e da Alemanha, agora concentradas na área tecnológica através de pequenas redes. No pretense programa, quer-se atingir o estágio de dupla diplomação, já em exercício com algumas escolas de engenharia no país (USP-Politécnica, PUC-Rio, UFRGS-Porto Alegre e UFC-Fortaleza). A implementação está prevista para 2002.

Do ponto de vista operacional, em 2001, a Agência continuou desenvolvendo o projeto de gerenciamento eletrônico de dados que contribuiu significativamente para o aprimoramento gerencial da Capes. As operações no setor de bolsas no exterior ainda eram realizadas com base nas rotinas e processos tradicionais, manipulados em papel. Com o novo sistema eletrônico, houve grande melhoria na operacionalização das atividades no exterior, especialmente nas referentes aos processos de candidatura e seleção, bem como em toda a sistemática de suporte ao pagamento e acompanhamento dos bolsistas.

Mais de 3.500 pareceres foram emitidos dentro dessa nova sistemática, em cerca de 1.920 processos cadastrados.

Ainda com respeito ao Programa de Bolsas no Exterior, cabe mencionar o trabalho desenvolvido para revisão e aperfeiçoamento dos critérios e procedimentos relativos à alocação de bolsistas de doutorado no exterior. Para tanto, a Capes vem reforçando sua presença junto às instituições estrangeiras, com vistas a uma melhor utilização dos recursos aplicados na forma de bolsas e taxas escolares. Tal estratégia inclui, também, a identificação de parcerias locais que contribuam com seu conhecimento em cada país. Em 2001, foi dada continuidade ao projeto piloto com duas agências americanas, que alocaram, com sucesso, 17 bolsistas. Foi obtida uma redução de 45% dos custos estimados com taxas, já incluídas as despesas de administração das respectivas agências.

3.2 - Programa de Demanda Social

O Programa de Demanda Social constitui-se no maior programa de fomento da Capes, tendo totalizado, em 2001, um investimento de R\$ 105.000.000,00 (Cento e cinco milhões de reais) somente em bolsas de estudo. Tal dispêndio correspondeu a 1/5 (um quinto) do orçamento total executado pela Agência.

O objetivo central do programa é a formação avançada de recursos humanos e a geração de condições adequadas de desenvolvimento e sustentação aos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

O instrumento básico de operação do programa é a concessão de quotas de bolsas aos cursos com bom desempenho de qualidade e produtividade. O processo está vinculado ao sistema de acompanhamento e avaliação realizada pela Capes.

Em 2001, o Programa de Demanda Social implementou um número médio de 10.464 bolsas, (7% a mais que em 2000), sendo 3.340 de Doutorado (16% a mais que em 2000) e 7.124 de Mestrado, (3% a mais que em 2000). Um aspecto importante a repercutir na gestão desse programa foi a orientação programática, adotada pela Agência, no sentido de dar um tratamento diferenciado às ações de fomento, de modo a atender mais adequadamente os diferentes perfis de demandas de apoio à pós-graduação. Em consequência, as ações do programa foram subdivididas, merecendo destacar o redirecionamento de parcelas das ações do programa de Fomento à pós-graduação- PROF e para o Programa de Suporte a Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Particulares – PROSUP, com ênfase nas peculiaridades regionais, nas especificidades das IES de maior envergadura e nas condições distintas das IES particulares. Assim, parte significativa de recursos do Demanda Social foi alocada nos novos Programas.

Após o ingresso da Universidade Federal do Paraná – UFPR no PROF, o Programa de Demanda Social aplicou, durante o ano de 2001, 8% a mais que no ano anterior.

No tocante à distribuição regional, cumpre destacar que 71% do total dos dispêndios foram aplicados na região Sudeste, ficando o Nordeste com 17% e a região Sul com 9%, evidenciando a concentração dos programas de pós-graduação nas áreas mais desenvolvidas.

TABELA 6
DEMANDA SOCIAL – Número de bolsistas de Mestrado no País, por Grande Área do Conhecimento – jan/dez de 2001

Mês	Total	E & T	Bio	Eng	Saúde	Agr	CSA	Hum	LLA	Multid
Janeiro	6.872	1.008	732	1.235	920	989	463	974	389	162
Fevereiro	6.793	999	724	1.219	910	968	460	963	388	162
Março	7.117	1.096	790	1.309	952	1.045	444	936	361	184
Abril	7.183	1.107	794	1.309	966	1.055	446	954	367	185
Maio	7.197	1.094	785	1.308	976	1.054	454	976	369	181
Junho	7.196	1.086	788	1.287	975	1.059	454	987	377	183
Julho	7.170	1.086	785	1.276	964	1.058	454	994	373	180
Agosto	7.185	1.088	788	1.281	970	1.055	451	994	375	183
Setembro	7.127	1.091	787	1.282	978	1.053	424	964	365	183
Outubro	7.199	1.107	793	1.293	974	1.056	431	991	371	183
Novembro	7.245	1.108	805	1.298	978	1.059	446	990	375	186
Dezembro	7.209	1.105	798	1.290	973	1.052	446	984	375	186
Média	7.124	1.081	781	1.282	962	1.042	447	976	374	180
Percentual	100.00	15.18	10.96	18.00	13.50	14.62	6.28	13.69	5.25	2.52

⁴(Boletim Estatístico _TB -2.1)

Legenda:

E&T: Ciências Exatas e da Terra

Bio: Ciências Biológicas

Eng: Engenharia

Saúde: Ciências da Saúde

Agr: Ciências Agrárias

CSA: Ciências Sociais Aplicadas

Hum: Ciências Humanas

LLA: Linguística, Letras e Artes

Multid: Multidisciplinar

TABELA 7
DEMANDA SOCIAL – Número de bolsistas de Doutorado
no país, por grande área do conhecimento- jan/dez 2001

Mês	Total	E & T	Bio	Eng	Saúde	Agr	CSA	Hum	LLA	Multid
Janeiro	2.943	510	469	479	470	332	116	394	134	39
Fevereiro	2.922	509	461	479	467	326	116	391	134	39
Março	3.305	569	492	517	559	423	126	429	154	36
Abril	3.364	579	499	527	568	432	128	432	162	37
Maio	3.385	574	493	528	574	438	130	448	162	38
Junho	3.395	573	505	530	571	438	127	450	164	37
Julho	3.400	576	497	532	567	438	129	453	169	39
Agosto	3.430	577	509	531	574	442	126	459	173	39
Setembro	3.439	579	502	538	573	447	129	456	175	40
Outubro	3.480	589	512	546	577	454	132	457	173	40
Novembro	3.518	596	519	549	587	463	132	462	170	40
Dezembro	3.497	595	513	541	586	461	132	459	170	40
Média	3.340	569	498	525	556	425	127	441	162	39
Percentual	100	17.03	14.90	15.71	16.65	12.71	3.80	13.20	4.84	1.16

(Boletim Estatístico_TB-2.2)

Legenda:

E&T: Ciências Exatas e da Terra

Bio: Ciências Biológicas

Eng: Engenharia

Saúde: Ciências da Saúde

Agr: Ciências Agrárias

CSA: Ciências Sociais Aplicadas

Hum: Ciências Humanas

LLA: Linguística, Letras e Artes

Multid: Multidisciplinar

As TABELAS 6 e 7, apresentadas acima, revelam como se deu a implementação do programa durante o ano, com a distribuição mensal das bolsas de mestrado e doutorado pelas grandes áreas do conhecimento. O GRÁFICO 4, por sua vez, proporciona uma visão da distribuição da média mensal dos valores de bolsas, podendo-se constatar um atendimento proporcionalmente bem balanceado entre as grandes áreas. Vale lembrar que o Comitê de Áreas Multidisciplinares foi criado durante o exercício de 2000, apresentando uma participação ainda reduzida em 2001.

GRÁFICO 4
DEMANDA SOCIAL – Valores pagos no país - percentagem, por grande área do conhecimento (Médias Anuais)

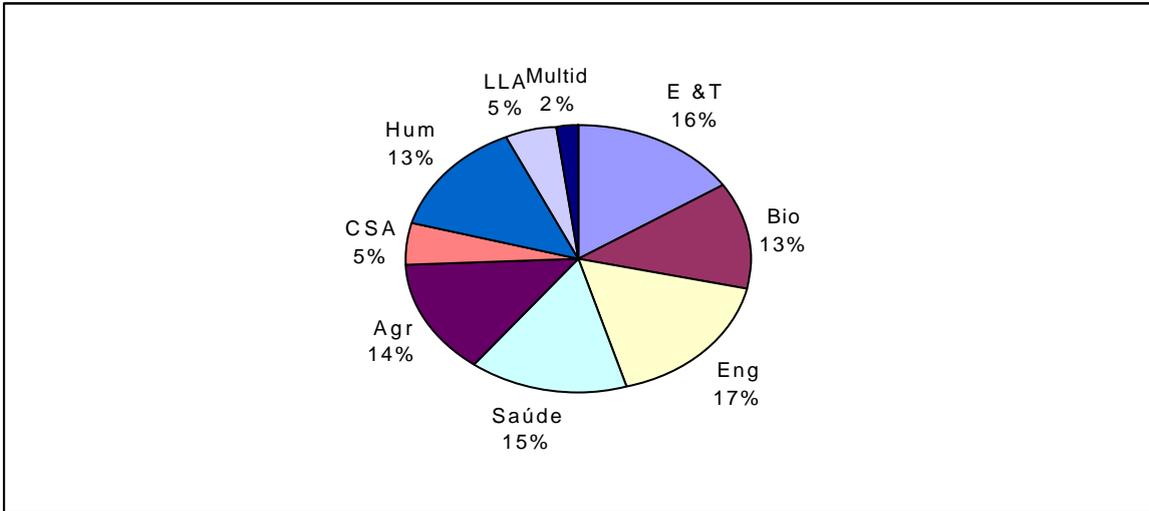
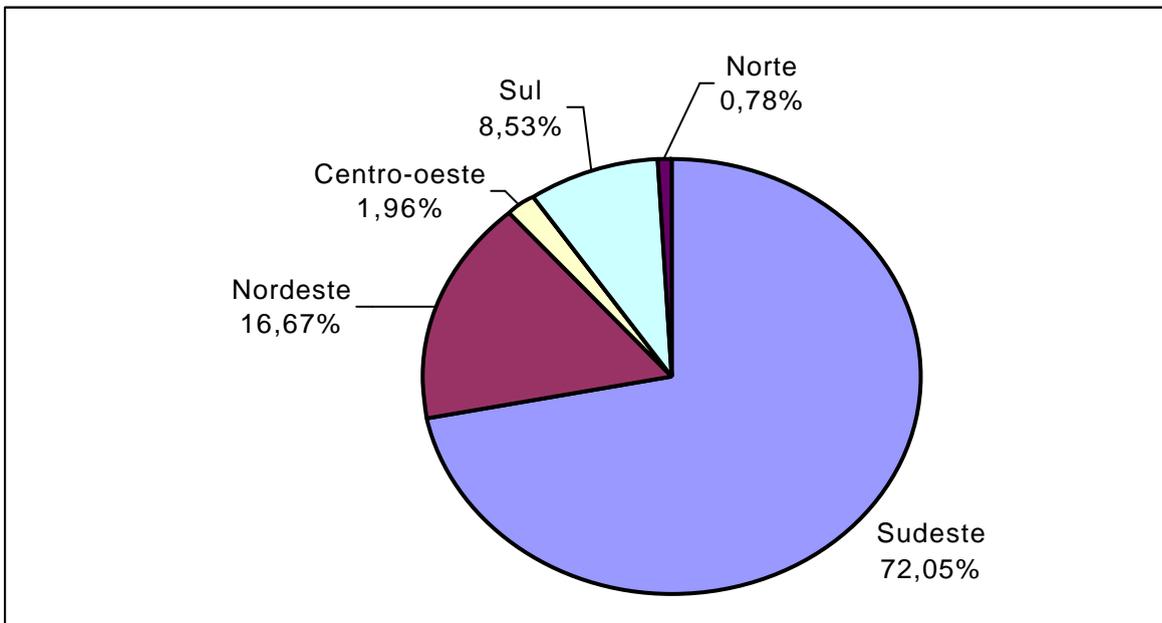


GRÁFICO 5
DEMANDA SOCIAL – Valores pagos (Médias Mensais) segundo as regiões do país



Conforme mostra o GRÁFICO 5, os dispêndios do Programa estão concentrados na região Sudeste, que recebeu cerca de 72,05% dos valores. Isto se deve à concentração dos programas de pós-graduação e ao maior peso da demanda, como também à maior presença de indicadores qualitativos nos estados do Sudeste. A Região Nordeste alcançou 16,67%, sobrepujando a Região Sul que caiu para 8,53%, enquanto as Regiões Centro-Oeste e Norte participam apenas com 1,96%, e 0,78%, respectivamente.

Finalmente, cabe registrar uma importante iniciativa de cunho pedagógico, tomada no âmbito do Programa Demanda Social. Trata-se do estabelecimento do estágio docente como atividade obrigatória na formação curricular de seus bolsistas. Em muitas instituições, esse estágio passou a ser adotado para todos os estudantes de pós-graduação de seus programas, contribuindo eficazmente para a melhoria do ensino de graduação e para a integração entre os níveis de ensino.

3.3 - Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica – PICDT

O Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica – PICDT também constitui um tradicional instrumento de fomento da Capes e tem desempenhado um papel de mais alta importância para o fortalecimento do sistema brasileiro de pós-graduação. Está voltado essencialmente para a qualificação dos corpos docente e técnico das instituições públicas de ensino superior. A meta governamental constante do Plano Nacional de Educação visando a elevar a escolarização em nível superior, de forma a atender 30% da população na faixa de 18 a 24 anos, até 2.008, exigirá um grande esforço para a formação e qualificação de docentes, para que, nesse período, a matrícula no ensino de graduação possa duplicar e alcançar cerca de 6 (seis) milhões de estudantes. Portanto, este programa da Capes propicia um suporte estratégico para a concretização da meta estabelecida, contribuindo para sustentar o processo de expansão do ensino superior e, ao mesmo tempo, assegurar a elevação de seus padrões qualitativos. Inquestionavelmente, o grau de capacitação do pessoal docente das IES é a variável chave da qualidade do ensino de graduação. Os resultados do “Provão” confirmam, a cada ano, essa insofismável relação.

Operacionalmente, o PICDT caracteriza-se pela concessão de quotas de bolsas de mestrado e doutorado aos docentes ou técnicos que as instituições incluem em seus planos de capacitação. A partir de 2000, a Capes começou a repassar os recursos de taxas escolares para as instituições de origem dos novos bolsistas. Desta forma, as instituições apoiadas pelo PICDT podem estabelecer sua política de formação de recursos humanos, definindo onde os docentes e técnicos deverão realizar sua capacitação.

Para a implementação do PICDT, durante o ano de 2001, a Capes concedeu às IES públicas um total de 3.748 bolsas, sendo 3.329 de doutorado, 3 de doutorado-sanduíche, 399 de mestrado e 17 de pós-doutorado, (TABELA 8) envolvendo um aporte de recursos no valor de R\$ 49.200.0000,00 (quarenta e nove milhões e duzentos mil reais).

Convém observar ainda que a Capes vem realizando, no âmbito desse programa, um forte esforço para concretizar a política de desconcentração e de redução das disparidades regionais. É o que se pode comprovar pelos percentuais de destinação de suas aplicações que não seguem as tendências concentradoras apresentadas pelo PIB ou pela distribuição da capacidade instalada de ensino e pesquisa. A Região Nordeste lidera com 33%, seguida pela Região Sul com 27% e Região Sudeste com 18%. As Regiões Norte e Centro-Oeste também apresentam participação expressiva, em torno de 11% cada uma.

TABELA 8

PICDT – Número de bolsistas no País – jan/dez 2001

Mês	Mestrado	Doutorado Sanduíche	Doutorado	Pós-Doutorado
Janeiro	534		3.460	
Fevereiro	522		3.422	
Março	404		3.400	
Abril	382		3.417	
Mai	376		3.393	
Junho	370		3.372	
Julho	366	3	3.331	16
Agosto	360	3	3.328	16
Setembro	375	2	3.253	17
Outubro	370	2	3.204	19
Novembro	370	3	3.199	16
Dezembro	360	3	3.165	16
Média	399	3	3.329	17

(Boletim Estatístico _TB -1)

O perfil do programa denota bem seus objetivos em busca da elevação da titulação docente nas universidades que ainda apresentam carência de qualificação docente. Isto também pode ser confirmado pela distribuição dos investimentos para as Unidades da Federação. Como se pode observar pelos dados da TABELA 9, a concentração não está nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Lideram os estados que buscam uma participação destacada no cenário científico nacional, como Paraná, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Bahia. Isto significa que o PICDT enfatiza um enfoque institucional/regional diferenciado, mas sem deixar de considerar os critérios do mérito.

GRÁFICO 6

PICDT – Valores pagos (Médias Mensais), segundo as regiões do país

TABELA 9

PICDT – Número de bolsistas (Médias Mensais), segundo as Unidades da Federação

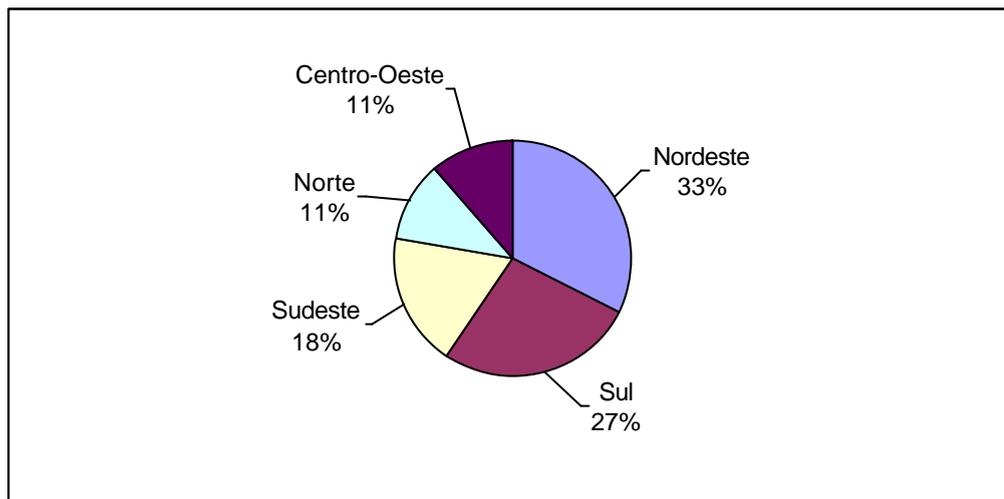


TABELA 9

PICDT – Número de bolsistas (Médias Mensais), segundo as Unidades da Federação

Unidades da Federação	Mestrado		Doutorado Sanduíche		Doutorado		Pós- Doutorado		Valor R\$ (Mil)
	Nº Bolsistas	(%)	Nº Bolsistas	(%)	Nº Bolsistas	(%)	Nº Bolsistas	(%)	
Paraná	41,4	10,381			505,8	15,20	1,8	9,4	564,08
Minas Gerais	20,8	5,20	1	30,77	379,4	11,40	3,7	18,8	419,57
Rio Grande do Sul	19,2	4,80			286,3	8,60	1,8	9,4	321,55
Paraíba	41,1	10,29			215,9	6,49			261,32
Bahia	31,8	7,96			220,8	6,63	1,5	7,69	260,29
Pará	36,2	9,06			144,8	4,35	1,0	5,13	181,68
Mato Grosso	31,0	7,77			126,5	3,80			156,59
Ceará	16,6	4,16			126,8	3,81			147,73
Santa Catarina	6,3	1,57	0,8	38,46	131,3	3,94	1,2	6,15	146,90
Rio de Janeiro	3,8	0,96			124,8	3,75	1,2	5,98	137,82
Rio Grande do Norte	17,2	4,30			115,6	3,47	0,8	5,13	137,09
Goias	19,9	4,99			112,4	3,38			134,14
Pernambuco	17,5	4,39	1	30,77	102,1	3,07	1,5	7,69	123,70
Mato Grosso do Sul	4,8	1,21			98,6	2,96			108,01
Maranhão	15,3	3,82			85,1	2,56			102,06
Amazonas	8,2	2,05			79,5	2,39			91,21
Espírito Santo	15,3	3,82			73,7	2,21	1,0	5,13	90,26
Piauí	6,6	1,65			77,3	2,32			87,74
Alagoas	8,3	2,07			68,5	2,06	1,0	5,13	80,21
São Paulo	5,3	1,34			62,9	1,89	1,0	5,13	57,76
Sergipe	9,6	2,40			39,2	1,18			48,90
Acre	6,9	1,73			40,2	1,21			48,10
Roraima	5,3	1,32			36,5	1,10			42,96
Distrito Federal					36,7	1,10	1,5	9,23	40,65
Rondônia	4,8	1,19			17,8	0,54			22,57
Tocantins	5,3	1,34			14,6	0,44			19,51
Amapá	1,0	0,25			5,8	0,18			6,98
TOTAL:	399,1	100	2,7	100	3.328,70	100	16,7	100	3.839,38

(Boletim Estatístico_TB-4)

Obs: Sem taxas escolares.

GRÁFICO 7
PICDT- Valores pagos (Médias Mensais em R\$), segundo as Unidades da Federação

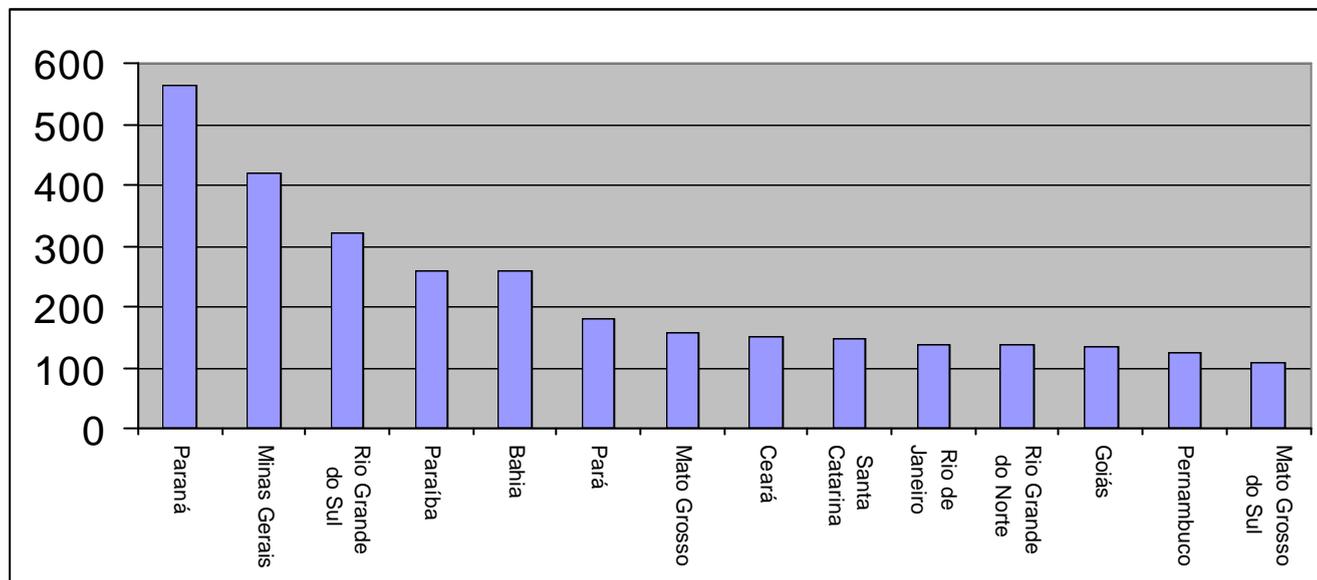


TABELA 10 –

PICDT – Número de bolsistas no país (Médias Mensais) segundo natureza das IES

STATUS JURÍDICO	Mestrado		Doutorado Sansuiche		Doutorado		Pós-Doutorado		Valor Total (Mensal)	
	Nº Bolsistas	(%)	Nº Bolsistas	(%)	Nº Bolsistas	(%)	Nº Bolsistas	(%)	Valor (R\$ Mil)	(%)
Federal	274	68,59	2	59,46	1.478	44,41	9	51,00	1.768,80	46,07
Estadual	91	22,90	1	40,54	1.456	43,75	7	43,00	1.622,14	42,25
Particular	34	8,51			395	11,84	1	6,00	448,44	11,68
TOTAL:	399	100,00	3	100,00	3.329	100,00	17	100,00	3.839,38	100

(Boletim Estatístico_TB -5)
 Obs: Sem taxas escolares.

Durante o ano de 2001, a Capes iniciou uma avaliação gerencial do PICDT, visando à correção de algumas situações desfavoráveis em sua operação, como o predomínio da decisão individual na capacitação docente; a ausência de uma aferição das necessidades e carências segundo as áreas e instituições; a idade média elevada dos beneficiários e a falta de maior aderência às transformações do sistema nacional de pós-graduação. Neste sentido, os estudos e as discussões realizadas pelos técnicos, pelas instâncias colegiadas e pelos segmentos representativos da comunidade acadêmica sinalizam a necessidade de reformulação do PICDT ou a criação de algum instrumento capaz de incorporar e sustentar as mudanças que se fazem necessárias. Este diagnóstico conduziu à reformulação do Programa, que agora passa a se chamar PQI- Programa de Qualificação Institucional, que estará sendo implementado no decorrer do ano 2002.

3.4 - Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF

Trata-se do programa criado em 1998, com a participação inicial de 7 (sete) instituições federais convidadas (UFPA, UFRPE, UFLA, UFV, UNIFESP, UFSC, UFRGS) cujos programas de ensino de pós-graduação eram, anteriormente, apoiados pelo Programa Demanda Social e pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP. Foi uma iniciativa experimental visando não apenas a obter maior racionalização e efetividade das ações de fomento e apoio da Capes, como, principalmente, a propiciar às universidades participantes maior autonomia e flexibilidade de gestão dos recursos em consonância com a dinâmica das necessidades e das programações de seus respectivos cursos. Deste modo, a Capes passou a concentrar seus esforços mais nas tarefas de avaliação e acompanhamento do que nas operações processuais de concessão de bolsas. O PROF é um programa implementado com base em planejamentos das IES participantes, com duração de dois anos, negociado com a Capes. Após esse período, é feita uma avaliação de desempenho para revisão e renovação dos apoios concedidos.

Em 2001, as instituições participantes do PROF somaram 10, com agregação das seguintes: UFMG, UnB, (*antes de 2001*) e UFPR. Os recursos totalizaram R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), aplicados segundo critérios internos estabelecidos para o financiamento de programas de pós-graduação. Durante o ano de 2001, o PROF contemplou com bolsas uma média mensal de 3.683 indivíduos (*10% a mais que 2000*), sendo 2.670 de mestrado (*9% a mais que em 2000*) e 1.013 de doutorado (*11% a mais que em 2000*). Pela localização regional das IES participantes, 82% dos recursos ficaram nas regiões Sudeste e Sul, 12% no Centro-Oeste e 6% nas Regiões Norte e Nordeste.

TABELA 11
Número de bolsistas no país por grande área do conhecimento–Jan/dez 2001
Mestrado

Mês/Ano	Total	E & T	Bio	Eng	Saúde	Agr	CSA	Hum	LLA	Multid
Janeiro	2,237	224	227	399	181	462	238	323	123	60
Fevereiro	2,204	226	226	390	175	447	233	323	124	60
Março	2,686	268	341	429	293	522	276	357	141	59
Abril	2,628	273	331	427	295	479	273	350	142	58
Mai	2,657	288	333	432	286	478	277	354	146	63
Junho	2,722	291	340	431	322	482	274	366	151	65
Julho	2,743	289	344	435	330	487	274	371	150	63
Agosto	2,709	283	343	427	321	477	275	369	151	63
Setembro	2,758	295	347	427	318	499	282	372	152	66
Outubro	2,889	293	362	437	364	540	282	378	151	82
Novembro	2,904	292	366	440	362	551	280	381	153	79
Dezembro	2,903	291	367	441	359	545	282	386	153	79
Média	2,670	276	327	426	301	497	271	361	145	66
Percentual	100,00	10,34	12,26	15,96	11,25	18,63	10,13	13,51	5,42	2,49

Legenda:

E&T: Ciências Exatas e da Terra

Bio: Ciências Biológicas

Eng: Engenharia

Saúde: Ciências da Saúde

Agr: Ciências Agrárias

CSA: Ciências Sociais Aplicadas

Hum: Ciências Humanas

LLA: Linguística, Letras e Artes

Multid: Multidisciplinar

TABELA 12
Número de bolsistas no país por grande área do conhecimento–Jan/dez 2001
Doutorado

Mês/Ano	Total	E & T	Bio	Eng	Saúde	Agr	CSA	Hum	LLA	Multid
Janeiro	863	66	150	138	127	208	31	85	36	22
Fevereiro	864	65	152	138	126	207	33	85	35	23
Março	984	80	172	150	153	218	46	95	36	34
Abril	1,006	81	175	150	152	218	52	103	38	37
Maio	1,012	81	181	148	152	216	52	104	39	39
Junho	1,043	82	192	146	164	220	52	108	40	39
Julho	1,051	84	190	151	165	222	50	108	41	40
Agosto	1,027	82	188	150	162	207	52	105	41	40
Setembro	1,037	88	184	150	162	218	50	106	39	40
Outubro	1,085	94	192	153	187	222	50	107	41	39
Novembro	1,093	100	196	155	189	219	50	102	43	39
Dezembro	1,089	99	194	155	189	217	49	102	45	39
Média	1,013	84	181	149	161	216	47	101	40	36
Percentual	100,00	8,24	17,82	14,68	15,86	21,33	4,67	9,96	3,90	3,55

Legenda:

E&T: Ciências Exatas e da Terra

Bio: Ciências Biológicas

Eng: Engenharia

Saúde: Ciências da Saúde

Agr: Ciências Agrárias

CSA: Ciências Sociais Aplicadas

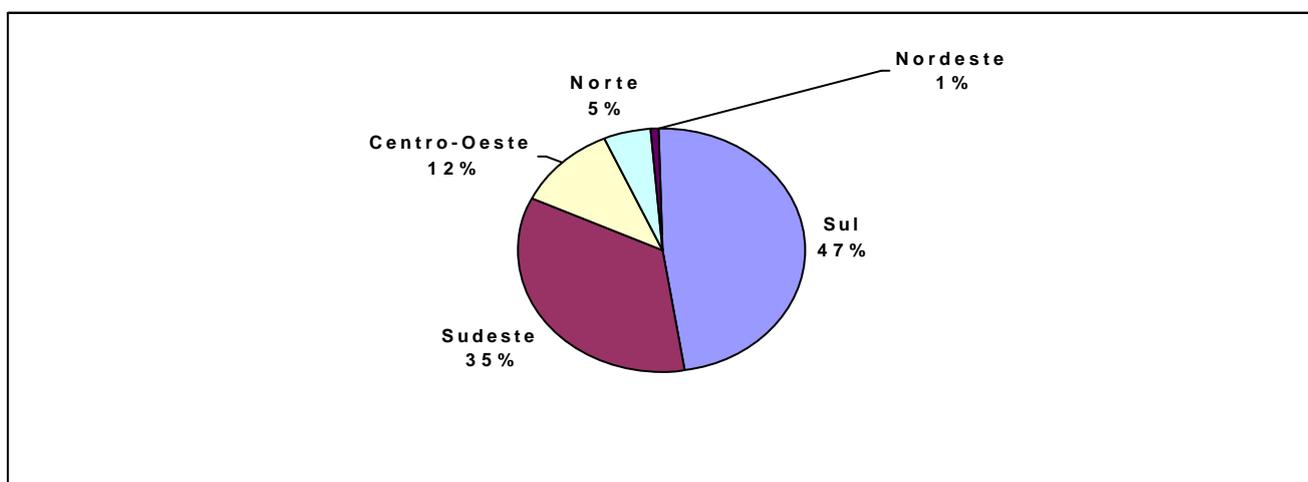
Hum: Ciências Humanas

LLA: Linguística, Letras e Artes

Multid: Multidisciplinar

GRÁFICO 8

Distribuição regional dos recursos aplicados no Programa



3.5 - Programa de Suporte à Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Particulares (PROSUP)

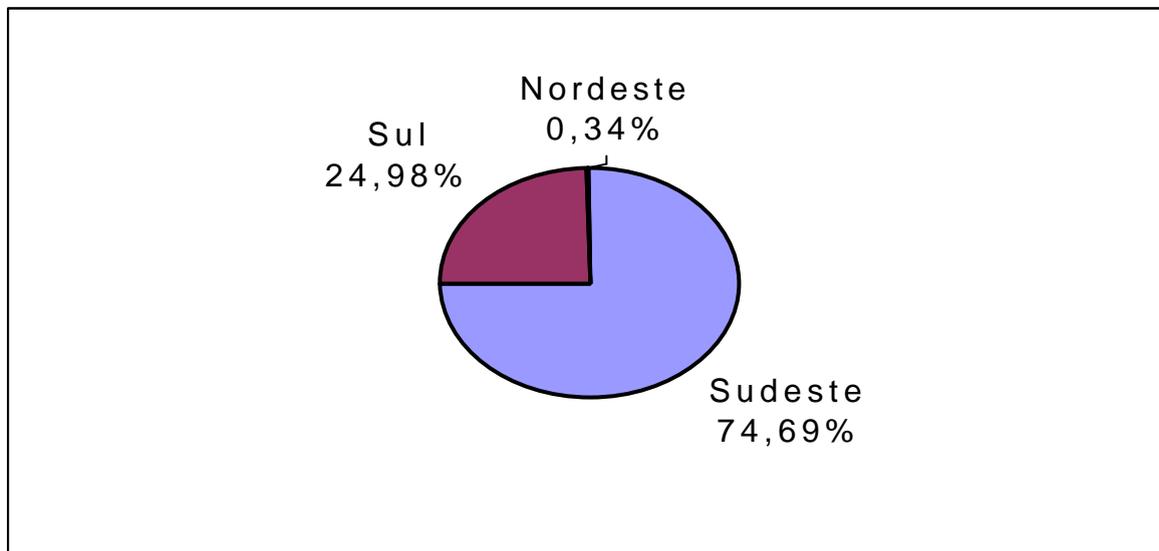
As instituições de ensino superior particulares que ministram programas de pós-graduação, ora financiados pela Capes, anteriormente pelo Programa Demanda Social- DS, foram convidadas, no ano de 2000, a participar de um novo programa formulado, especialmente, para atender suas especificidades, bem como para propiciar maior flexibilidade relativamente às políticas de financiamento de infra-estrutura e de manutenção e apoio aos estudantes bolsistas. Deste modo, o PROSUP tem por característica a concessão de suporte, que pode envolver tanto o pagamento de mensalidade de manutenção ao aluno, como o pagamento das taxas escolares (Modalidade 1) ou apenas o pagamento das taxas escolares (Modalidade 2). Com esta alternativa no processo de financiamento, a Capes pode subsidiar os estudantes que, por não poderem receber a mensalidade de manutenção, também não tinham suas taxas escolares pagas pela Agência.

Em 2001, a Capes concedeu uma média mensal de 2.464 bolsas, sendo 1.798 de mestrado e 666 de doutorado para alunos de programas de pós-graduação *stricto sensu* de instituições de ensino superior particular, referendados pela avaliação da Capes. O dispêndio anual total foi de R\$ 28.800.000,00(vinte e oito milhões e oitocentos mil reais) canalizados em sua totalidade para as Regiões Sudeste (74,69%), Sul (24,98%) e algo em torno de 0,34% para a região Nordeste. A tabela e o gráfico abaixo ilustram os dados apresentados:

Tabela:13
Número de bolsistas no país– Jan/Dez 2001

Mês	Mestrado		Doutorado	
	Nº Bolsista	%	Nº Bolsista	%
Janeiro	1.586	7,35	577	7,23
Fevereiro	1.572	7,29	575	7,20
Março	1.798	8,33	672	8,41
Abril	1.816	8,42	674	8,44
Maiο	1.823	8,45	682	8,54
Junho	1.830	8,48	680	8,51
Julho	1.818	8,43	678	8,49
Agosto	1.841	8,53	676	8,46
Setembro	1.882	8,72	691	8,65
Outubro	1.868	8,66	691	8,65
Novembro	1.870	8,67	695	8,70
Dezembro	1.869	8,66	695	8,70
Média	1.798	100,00	666	100,00

GRÁFICO 9
Distribuição regional dos recursos aplicados no Programa em 2001



3.6 - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD)

A instituição desse Programa, no ano de 2000, objetivou apoiar a promoção do intercâmbio de docentes e discentes de pós-graduação dos diferentes Estados da Federação. Sua principal estratégia é a de estabelecer parcerias ou incentivar as já existentes, visando a diminuir as discrepâncias regionais. Desta forma, as instituições com programas de pós-graduação de excelência executam projetos de cooperação com outras instituições não consolidadas, onde serão realizadas missões de trabalho e de estudos, intencionando desenvolver pesquisas e a formar recursos humanos, fomentando a criação de novos Centros Regionalizados de formação para a pesquisa e o desenvolvimento da pós-graduação.

Durante o ano de 2001, financiaram-se, 118 projetos, envolvendo 89 instituições, 506 docentes e 420 discentes. São 69 os docentes de instituições de ensino superior que já estão fazendo doutorado. O custo total dos projetos foi de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais).

Os recursos utilizados foram os das linhas de ação "Centros Regionais", R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), e Fomento R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais).

3. 7 - Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP)

Programa criado pela Capes em 1994, assumiu um papel imprescindível e da maior relevância para assegurar o acesso à produção científica e tecnológica internacional pela comunidade acadêmica brasileira envolvida nas atividades de pós-graduação e de pesquisa de alto nível. De fato, a qualidade da produção brasileira científica, tecnológica, cultural e artística depende, fundamentalmente, das possibilidades de acesso a essas informações com maior abrangência, atualização e rapidez possíveis. Todavia, apesar dos expressivos investimentos realizados nos últimos anos, todo o esforço deparava-se com grandes dificuldades para propiciar um atendimento pleno e satisfatório às necessidades peculiares das IES, seja por estar voltado unicamente para a aquisição de periódicos impressos, seja em decorrência da adoção de processos centralizados de licitação e aquisição, seja ainda, em virtude da redução das disponibilidades orçamentárias, como ocorreu em 1998.

No ano de 2001, a Capes deu continuidade às transformações iniciadas em 1999, quando a aplicação dos recursos já fora inteiramente descentralizada. O grande impacto alcançado pela nova configuração do PAAP decorre, justamente, da transição entre o modelo inicial, baseado na compra de revistas em papel, para o modelo do futuro, inteiramente assentado na informação eletrônica, com a criação do PORTAL www.periódicos.Capes.gov.br. Este instrumento viabilizou o acesso eletrônico ao conteúdo integral de periódicos internacionais pela comunidade acadêmica de 95 Instituições de Ensino Superior, beneficiando mais de 1 milhão de professores e estudantes de graduação e de pós-graduação. O Programa está financiando o acesso apenas às IES públicas que possuem programas de pós-graduação com nota de avaliação da Capes igual ou superior a três e às IES particulares que possuam programas de pós-graduação em nível de doutorado com nota igual ou superior a cinco.

O êxito e os benefícios dessa iniciativa, de caráter consorciado, devem ser aquilatados não apenas pela economia de escala antes impossível de ser alcançada pela participação individualizada das instituições mas, principalmente, pela possibilidade de acesso eletrônico a textos completos e a bases de dados referenciais, sem limitações geográficas e de horário, constituindo-se numa ferramenta importantíssima para o processo de democratização da informação, da educação e da pesquisa.

Com tal reformulação, o PAAP passou a contar com duas linhas integradas de ação. A primeira corresponde ao apoio tradicional, possibilitando a concessão de R\$ 14.115.000,00 (quatorze milhões, cento e quinze mil reais) às IES para a aquisição de periódicos impressos, em conformidade com as respectivas programações. A segunda linha destina-se à disponibilização do acesso universalizado, via eletrônica, pelo PORTAL da Capes, com dispêndios de cerca de U\$ 16.131,385.00 (dezesseis milhões, cento e trinta e um mil,

trezentos e oitenta e cinco dólares). Os textos completos foram adquiridos junto às editoras *Academic Press, Elsevier, Ovid, e I3E, Gale, PsycInso & PsycArticle, Blackwell e American Chemical Society* e as bases referenciais junto à *Web of Science e Derwent Innovation Index* (patentes) do ISI, além das bases temáticas da Editora *Silverplatter*.

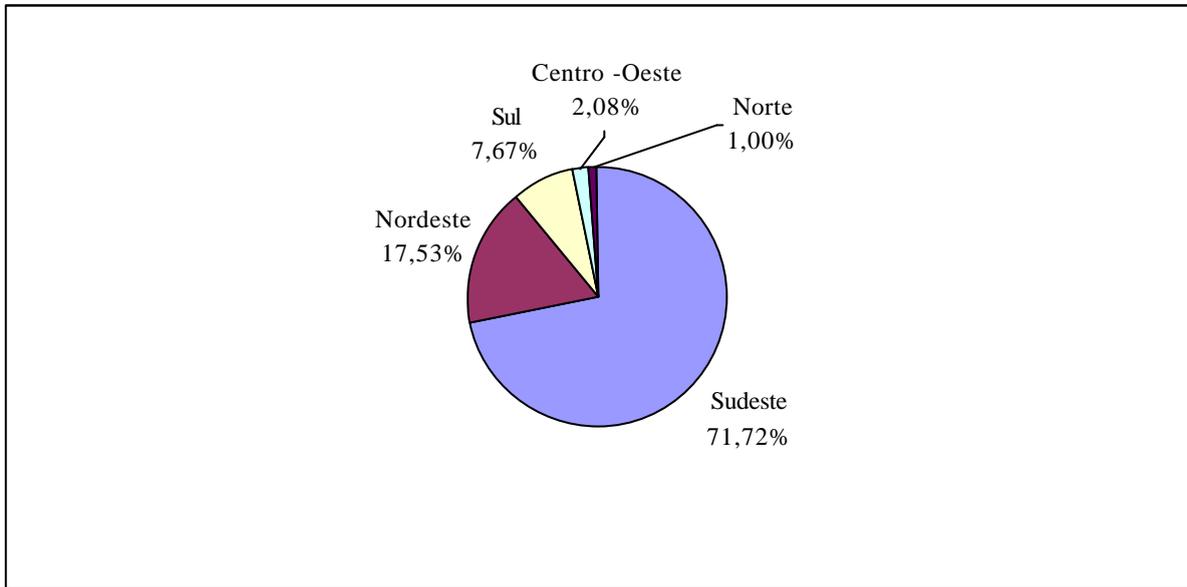
3.8 - Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP

Seus objetivos são a melhoria das condições para a formação de recursos humanos e para a elevação da capacidade de produção científica e tecnológica dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, potencialmente produtivos. O programa apóia o custeio das atividades acadêmicas e de pesquisa especialmente no que tange à realização dos trabalhos de dissertação e de tese pelos estudantes bolsistas da Capes. Durante o ano de 2001, aplicaram-se cerca de R\$46.220.000,00 (quarenta e seis milhões, duzentos e vinte mil reais), 2% a mais que em 2000.

TABELA 14
PROAP – Valores pagos, segundo região do País

Unidades da Federação	(R\$ Mil)	(%)	Unidades da Federação	(R\$ Mil)	(%)
São Paulo	21.309,97	46,10	Espírito Santo	484,00	1,05
Rio de Janeiro	9.811,56	21,23	Amazonas	310,20	0,67
Pernambuco	2.086,26	4,51	Mato Grosso do Sul	276,10	0,60
Rio Grande do Sul	1.933,69	4,18	Alagoas	243,10	0,53
Paraíba	1.607,21	3,48	Maranhão	148,06	0,32
Minas Gerais	1.542,86	3,34	Mato Grosso	134,20	0,29
Paraná	1.507,00	3,26	Pará	127,60	0,28
Bahia	1.481,70	3,21	Santa Catarina	102,85	0,22
Ceará	1.306,47	2,83	Sergipe	69,30	0,15
Rio Grande do Norte	1.103,41	2,39	Piauí	57,20	0,12
Goiás	551,65	1,19	Rondônia	26,40	0,06
TOTAL:				46.220,79	100,00

GRÁFICO 10
PROAP – Valores pagos segundo as regiões do país



3.9 - Programa Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PECPG)

Eis outra ação relevante visando à incrementação dos acordos de cooperação internacional, especialmente com os países da América Latina e da África. O programa manteve, durante o exercício, uma média mensal de 58 bolsas de mestrado e 72 bolsas de doutorado, correspondendo a uma aplicação anual estimada em R\$1.432.560,(Um milhão, quatrocentos e trinta e dois mil quinhentos e sessenta reais).As principais regiões com alocação de recursos foram: Sudeste (63%) e Sul (25%).

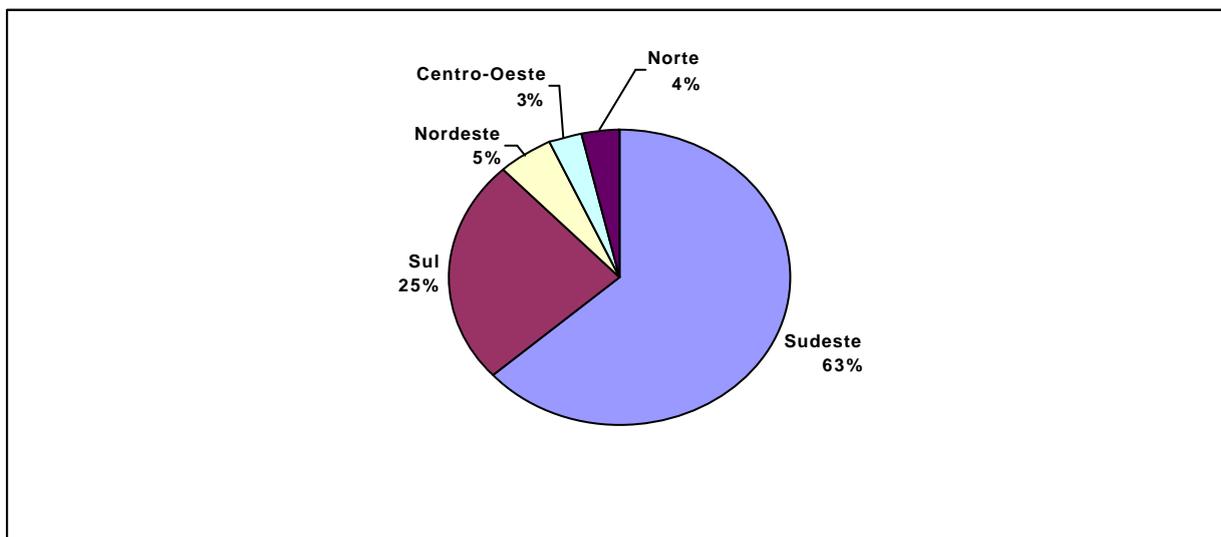
A tabela e o gráfico abaixo ilustram os dados apresentados:

TABELA 15
Número de bolsistas no país e valores pagos –Jan/dez 2001

Mês/Ano	<i>Mestrado</i>		<i>Doutorado</i>		Valor Total (R\$ mil)
	Nº Bolsistas	Valor (R\$ mil)	Nº Bolsistas	Valor (R\$ mil)	
Jan/2001	54	39,12	68	72,95	112,07
Fev/2001	52	37,67	64	68,66	106,33
Mar/2001	60	43,47	74	79,39	122,86
Abr/2001	61	44,19	73	78,32	122,51
Mai/2001	60	43,47	73	78,32	121,79
Jun/2001	63	45,64	75	80,46	126,1
Jul/2001	62	44,92	74	79,39	124,31
Ago/2001	61	44,19	74	79,39	123,58
Set/2001	60	43,47	73	78,32	121,79
Out/2001	56	40,57	73	78,32	118,89
Nov/2001	56	40,57	73	78,32	118,89
Dez/2001	53	38,4	70	75,1	113,5
Acumulado:		505,68		926,94	1.432,62
Média	58,2	42,14	72	77,24	119,39

(Boletim Estatístico _TB -1)

GRÁFICO 11
Distribuição Regional dos recursos do PEC-PG



3.10 - Programas Complementares

Além dos programas de fomento já relatados, a Capes implementou outros de menor porte e de caráter complementar à procura de acionar mecanismos apropriados para suprir carências visando atender às necessidades regionais ou às peculiaridades institucionais identificadas pelo processo sistemático e contínuo da avaliação.

Integram tais programas complementares os seguintes: Programa de Apoio a Eventos no País- PAEP, Programa de Apoio à Infraestrutura, Mestrado Interinstitucional- MINTER, Programa San Tiago Dantas, Programa de Qualificação - PQD, RH - Metrologia, Programa de Apoio à Avaliação Educacional - PROAV, Programa de Expansão da Educação Profissional- PROEP, Programa de Apoio à Educação a Distância – PAPED e Participação em Eventos no Exterior.

4 - ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

Durante o exercício de 2001, a Capes dedicou-se, empenhadamente, aos trabalhos para a realização da Avaliação Trienal (1999/2001) dos programas brasileiros de pós-graduação *Stricto Sensu*. A meta prevista de avaliar 1.375 programas foi superada. Ao final do processo, alcançou-se a marca de 1.545 programas avaliados, compreendendo 2.351 cursos, sendo 1.511 de mestrado e 840 de doutorado. Representou-se, assim, um crescimento de 12% em relação à meta prevista.

Os resultados desse processo criterioso e sistemático retratam a situação, enquanto as condições de funcionamento de cada programa desse nível de ensino servem de base para o reconhecimento oficial da validade dos diplomas de mestrado e doutorado, emitidos por instituições brasileiras, bem como fornecem subsídios para a definição da política nacional de desenvolvimento da pós-graduação, além de orientar os investimentos governamentais nesse nível de ensino. Suas repercussões impulsionam a evolução do Sistema Nacional de pós-graduação, estimulando os programas a responderem aos desafios impostos pelos avanços da ciência e tecnologia na atualidade.

As principais atividades desenvolvidas, durante o ano de 2001, podem ser agrupadas nas seguintes iniciativas:

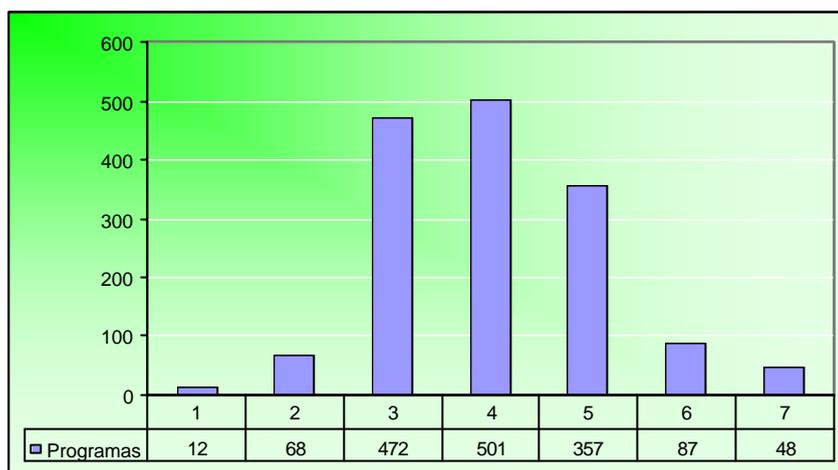
1. Preparação da “Avaliação-2001” – A avaliação trienal é um processo complexo, cujo êxito depende de longa e trabalhosa preparação. Em 2001, foram realizadas as providências finais da “Avaliação-2001”, desencadeadas a partir de 1998 e voltadas para os seguintes objetivos: a) aprimoramento da base de dados e garantia da fidedignidade das informações utilizadas no processo de avaliação (visitas de técnicos da Capes às instituições para sanar, *in loco*, dúvidas sobre o sistema de coleta de dados, disponibilização para acesso via *internet* dos dados enviados anualmente pelos programas e dos relatórios gerados pelas comissões de avaliação sobre o acompanhamento da situação dos programas); b) conhecimento maior da realidade dos programas de pós-graduação pelas comissões de avaliadores e das bases e dinâmica do processo de avaliação pelas coordenações dos programas (visitas técnicas de consultores aos programas, consolidação das informações sobre o acompanhamento anual da situação e divulgação dos critérios a serem utilizados); c) coordenação e harmonização do trabalho das diferentes comissões de avaliação, por meio de reuniões entre os membros do colegiado que coordena todo o processo, o Conselho Técnico e Científico - CTC, e os *representantes de área*, que chefiam as comissões de avaliadores, para a discussão das diretrizes e parâmetros a serem adotados na avaliação).

2. Promoção da “Avaliação Trienal” da pós-graduação - Esta foi a principal atividade desenvolvida pela Diretoria de Avaliação, envolvendo suas equipes técnicas e consultores no decorrer de todo o ano. Além das dificuldades naturais do processo, a “Avaliação-2001” assumiu caráter especial por representar o fechamento do processo de profunda reformulação do sistema, iniciado 1998. A avaliação foi promovida por 44 comissões, integradas por 486 consultores, vinculados aos principais programas de pós-graduação do país. Contaram com a participação especial de 16 consultores externos e 4 observadores. Foram avaliados 1.545 programas, responsáveis pela oferta de 2.351 cursos de pós-graduação: 1.511 de mestrado e 840 de doutorado.

Os resultados desse trabalho estão expressos em pareceres detalhados sobre o desempenho de cada programa e nas notas a eles atribuídas, em uma escala de 1 a 7 que apresenta as seguintes especificações: 6 e 7 – nível de excelência internacional; 5 – muito bom nível de desempenho, em termos nacionais, e nota máxima para programas que ofereçam exclusivamente mestrado; 3 – padrão mínimo de qualidade estabelecido para esse nível de ensino no país.

As tabelas e gráficos a seguir apresentados e baseados nos resultados preliminares dessa última avaliação, delineiam o perfil atual da pós-graduação brasileira.

GRÁFICO 12
Distribuição dos programas avaliados por nota *



- *Resultados Preliminares :cerca de 356 recursos em fase de julgamento*

GRÁFICO 13
Distribuição dos programas avaliados por dependência administrativa da instituição

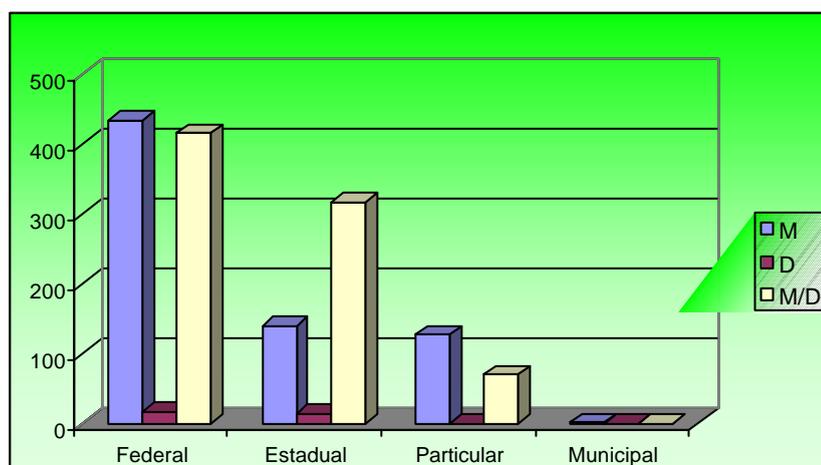
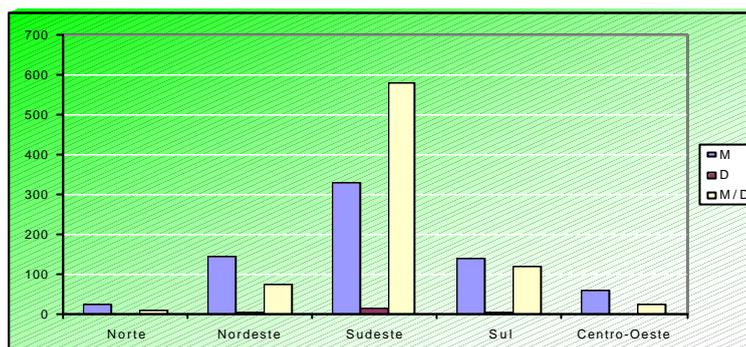


GRÁFICO 14

Distribuição dos programas avaliados por região do país e nível de cursos oferecidos



Região	M	D	M/D	Total
<i>Norte</i>	25	2	11	38
<i>Nordeste</i>	146	5	75	226
<i>Sudeste</i>	331	18	577	926
<i>Sul</i>	142	8	120	270
<i>Centro-Oeste</i>	61	1	23	85
Total	705	34	806	1545

3. Contribuição para o aprimoramento da legislação que regulamenta a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* - Fatos observados nos últimos anos, relacionados com a diferenciação do perfil e da forma de oferta de cursos de mestrado e doutorado e a crescente participação de instituições estrangeiras no oferecimento desses níveis de cursos no Brasil, colocaram a pós-graduação nacional sob o foco de muitos questionamentos e indicaram ser necessário aprimorar a legislação vigente sobre criação e funcionamento desses cursos. Consciente de suas responsabilidades na promoção do desenvolvimento da pós-graduação, a Capes promoveu uma série de debates sobre as alternativas de solução para os problemas identificados. Os resultados desse trabalho contribuíram para a atualização, pelo Conselho Nacional de Educação e MEC, das normas que regem os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de mestrado e doutorado: as Resoluções CNE/CES 001/01 e CNE/CES 002/01, de 10/04/01. Tais resoluções, além de se constituírem em importantes passos para a superação das

dificuldades assinaladas, consagraram o papel da avaliação promovida pela Capes na fundamentação das decisões do CNE e MEC sobre os mencionados processos.

4. Coordenação dos procedimentos relativos ao reconhecimento dos diplomas emitidos por universidades estrangeiras no Brasil -

Regulamentada a participação de IES estrangeiras na oferta de cursos de mestrado e doutorado no país, restava solucionar os problemas dos alunos que haviam concluído tais cursos ou neles estavam matriculados antes do início de vigência da nova legislação. Coube à Capes, conforme o estabelecido pela Resolução do CNE 002/01, coordenar os procedimentos relativos à avaliação dos pedidos de reconhecimento de diplomas desses estudantes, envolvendo: levantamento dos cursos oferecidos; registro dos alunos matriculados até a data fixada pela legislação; definição das instruções para a apresentação de pedidos de reconhecimento dos diplomas por esses alunos; identificação das instituições nacionais competentes para a análise de cada pedido; intermediação das relações entre os autores dos pedidos de reconhecimento e as instituições responsáveis pela avaliação dos mesmos. O esquema definido e posto em prática deverá equacionar mais este sério problema que mobiliza o meio acadêmico nacional.

5. Providências relativas ao ordenamento da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* fora da sede dos programas -

Nos últimos três anos, muitos programas de pós-graduação passaram a atender turmas de alunos fora de suas respectivas sedes, mediante o deslocamento de equipes de professores e/ou a utilização de recursos de comunicação a distância. A Capes, considerando a importância de tais iniciativas e, ao mesmo tempo, os riscos de a promoção das mesmas virem a comprometer o padrão de qualidade desse nível de ensino no país, se não atendidas as peculiaridades e exigências próprias da formação pós-graduada, incluiu, entre as suas prioridades, a avaliação acurada dessas iniciativas. Após levantamento inicial, formaram-se comissões de consultores para a realização das visitas de inspeção aos programas, elaboração de relatório circunstanciado sobre cada iniciativa e apresentação de sugestões sobre os procedimentos a serem adotados na apreciação dessa modalidade de curso. Graças ao trabalho dessas comissões, as reais condições de funcionamento dos cursos puderam ser devidamente consideradas na Avaliação-2001.

6. Promoção de estudos com vistas à adequação dos critérios e procedimentos de avaliação das propostas de novos cursos de mestrado profissionalizante -

Em 1998, a Capes estabeleceu os parâmetros para a análise das propostas de Mestrados Profissionalizantes, procurando ajustar o Sistema de Avaliação ao processo de diferenciação dos perfis de todos os cursos de pós-graduação, decorrentes das novas demandas da sociedade por profissionais altamente qualificados para o exercício de profissões de natureza não-acadêmica. A prática desses últimos anos revelou, contudo, que as

orientações baixadas não permitem ainda o adequado tratamento dessa diferenciação. Em face disso, a Capes decidiu promover a realização de estudos acurados sobre as novas pressões do mercado de trabalho e suas implicações sobre o sistema nacional de pós-graduação para, com base nos subsídios obtidos, definir os ajustes a serem efetuados na estrutura e funcionamento do Sistema de Avaliação.

7. Avaliação das propostas de novos cursos de mestrado e doutorado -

Esse processo corresponde ao rito de admissão de novos programas ou cursos de pós-graduação ao sistema, regularmente acompanhado e avaliado pela Capes. São aprovados aqueles que atendem ao padrão de qualidade exigido para esse nível de ensino. Durante o ano, aceitaram-se 148 propostas de novos cursos de mestrado e doutorado. Os dados disponíveis confirmam a tendência, que vem sendo observada nos últimos anos, da significativa expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação.

8. Escolha e designação dos representantes de área e de grandes áreas

– Em 2001, designaram-se os novos representantes das 44 áreas de avaliação, responsáveis, em seus respectivos campos de competência, pela coordenação dos trabalhos de avaliação da pós-graduação nacional e dos projetos vinculados aos programas de fomento da Capes. A escolha desses representantes baseia-se em ampla consulta feita aos programas de pós-graduação e associações científicas nacionais, que apresentam, cada qual, os nomes de cinco especialistas para integrarem as listas de indicados da respectiva área. Os cinco nomes com maior número de indicações em cada área integram a lista final a ser submetida ao Conselho Superior da Capes para a escolha do especialista a ser designado *representante da área* por um período de três anos. Cada grande área elege dois representantes, que integrarão o Conselho Técnico e Científico da Capes.

Os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos representantes e as diversas comissões constituem-se em importantes subsídios para a definição da política nacional de pós-graduação e permitem à Capes orientar seus programas de investimentos por diagnósticos bem elaborados sobre a situação e a perspectiva de desenvolvimento desse nível de ensino no Brasil.

Devido à enorme expansão dos programas de pós-graduação e a necessidade de balizar a formulação e coordenação da política nacional de pós-graduação, bem como o gerenciamento produtivo da concessão de bolsas de estudo e de outras formas de fomento é que a Capes determinou a criação de um instrumento de aferição da qualidade dos cursos de pós-graduação oferecidos no país. Assim, fundamentam-se suas decisões de investimento no setor.

Para atender a essa necessidade, foi criado, em 1976, o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação que, hoje, desempenha um papel de fundamental importância para o controle da qualidade dos programas desse nível de ensino. Desnecessário se faz ressaltar que o reconhecimento oficial que confere validade aos títulos emitidos pelos programas de pós-graduação, em todo território nacional, está vinculado, por determinação legal, ao processo de avaliação da Capes.

Foram investidos em 2001, aproximadamente, cerca de R\$ 5.600,000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais) nas atividades relacionadas com a Avaliação.

5 - AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em 2001, o desempenho da Administração repercutiu de forma abrangente sobre toda a atuação da Agência, cabendo ressaltar:

- apoio operacional e material à realização da Avaliação dos 1.545 Programas de Pós- Graduação;
- modernização das dependências físicas da Capes, com a aplicação de nova sinalização com métodos atualizados e de fácil visualização; instalação de moderno sistema de segurança; aquisição de 258 poltronas específicas para trabalho em computadores, em substituição àquelas que, pelo longo uso, já não satisfaziam as necessidades funcionais, estéticas e tecnológicas;
- Aquisição complementar de 140 novos micros com processador Pentium III 750 MHZ, 128MB de RAM e HD de 15 Gb de última geração, *softwares* de segurança contra vírus nas estações de trabalho e de *firewall* RAPTOR 6.5 da SYMANTEC, além de 56 impressoras e 3 novos servidores Compac com 5 processadores de INTEL PENTIUM III de 1,133 GHZ, 1 GB de RAM e HDS de 72 GB para armazenamento de dados que estão sendo incorporados à rede de informática da Capes.
- Disponibilização do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Dados para os Programas de Doutorado e Pós-Doutorado no exterior, totalizando 3.542 pareceres em 1.920 processos completamente digitalizados em 2001, dos quais 1065 encontram-se implementados ou aguardando implementação;
- Início do Desenvolvimento de aplicação voltada a oferecer total transparência aos resultados dos trabalhos de coleta de informações destinadas à avaliação dos Programas de Pós-Graduação. Esse Sistema que deverá estar disponível em abril de 2002, possibilitará a realização

de diversas modalidades de consultas, via internet, ao Banco de Dados "Coleta", mantido pela Capes.

- implementação do Sistema Informatizado de Controle de Prestação de Contas com a aprovação de cerca de 1.500 processos;
- recebimento, tratamento e expedição de aproximadamente 6.000 processos e 84.500 documentos; e
- aquisição de um cofre de segurança Lampertz, modelo 120Di2 para o armazenamento de mídias magnéticas.

Os recursos investidos na Administração da Agência, não incluindo gastos com dívidas do Pasep, corresponderam a 3,1% do dispêndio total da Capes.

A Capes na Internet

O exercício de 2001, efetivamente, se destacou como o ano da consolidação dos serviços prestados pela Agência por meio da rede mundial de computadores. Foram realizadas 92 alterações visando atualizar e aperfeiçoar as informações contidas nos arquivos que integram nosso endereço na *internet*.

O número médio de consultas mensais à página da Capes foi de 72.487, 74% maior que o registrado em 2000.

O Portal de Periódicos da Capes também apresentou número expressivo de visitas ao longo do ano: 754.533. Sua média mensal foi de 62.878.

Essa crescente demanda por informações disponíveis na *internet* fez com que uma elevada quantidade de mensagens fosse dirigida ao *webmaster*, solicitando informações e encaminhando sugestões sobre todos os temas divulgados. Foram contabilizadas, aproximadamente, 3.000 mensagens dessas naturezas, por mês.

A seguir, apresentamos duas tabelas que expressam, em números, a quantidade de visitas registradas nas páginas www.capes.gov.br e www.periodicos.capes.gov.br, pelos servidores de gerenciamento da Coordenação - Geral de Informática:

Tabela 17

Resumo Mensal - www.capes.gov.br										
Mês	Média diária				Total Mensal					
	Hits	Arquivos	Páginas	Visitas	KBytes	Visitas	Páginas	Arquivos	Hits	
dez/01	135465	94092	21502	1856	33905	10662673	57549	666584	2916852	4199442
nov/01	193444	134722	29464	2546	41903	16071198	76391	883931	4041670	5803348
out/01	191245	132749	28329	2424	41607	16635264	75173	878200	4115241	5928600
set/01	198181	136614	27938	2497	42901	15803934	74925	838156	4098449	5945443
ago/01	270481	184401	38679	3445	56396	20461987	106805	1199050	5716434	8384919
jul/01	184438	129438	26308	2337	39183	14890285	72458	815571	4012592	5717583
jun/01	180628	125270	25714	2379	38187	15019594	71386	771447	3758107	5418850
mai/01	180079	125609	25814	2306	36890	16298028	71511	800234	3893887	5582464
abr/01	201633	141519	29520	2459	39858	17561293	73799	885619	4245590	6049013
mar/01	218559	151179	32786	2602	40772	22629567	80667	1016389	4686557	6775332
fev/01	171441	119287	25544	2123	32598	15049227	59461	715236	3340040	4800365
jan/01	137580	96730	20773	1604	27744	13372832	49730	643979	2998630	4265010
Totais						194455882	869855	10114396	47824049	68870369

Tabela 18

Resumo Mensal - www.periodicos.capes.gov.br										
Mês	Média diária				Total Mensal					
	Hits	Arquivos	Páginas	Visitas	KBytes	Visitas	Páginas	Arquivos	Hits	
dez/01	31121	23014	24173	1623	22891	5145696	50323	749369	713460	964780
nov/01	51816	39026	40479	2596	32128	8510241	77891	1214377	1170782	1554483
out/01	52287	39919	39488	2478	33477	8793593	76835	1224150	1237500	1620925
set/01	50892	38566	34845	2263	30789	7442205	67892	1045372	1156994	1526762
ago/01	62343	47764	42564	2691	32932	9331520	83444	1319486	1480694	1932645
jul/01	59793	41483	31048	2258	26724	7914645	70000	962507	1286003	1853596
jun/01	72783	43108	18600	2244	26219	6517187	67333	558021	1293255	2183510
mai/01	80220	48067	20938	2419	27472	7877629	74990	649093	1490094	2486850
abr/01	70578	42617	15738	2268	26129	5827088	68047	472167	1278514	2117357
mar/01	55745	34649	8899	1850	23250	8652865	57358	275885	1074135	1728115
fev/01	28865	18476	2574	1122	15208	4824561	31431	72092	517344	808225
jan/01	24203	15111	2094	935	13163	5098141	28989	64934	468445	750308
Totais						85935371	754533	8607453	13167220	19527556

5.1 - Diligências de Controle Interno e Externo

No exercício de 2001, a Capes respondeu a duas diligências do Tribunal de Contas da União da 6ª SECEX. Uma, referente à Decisão nº 1006/2000, que determina a todas as instituições a obrigatoriedade de prestar informações a respeito dos contratos firmados desde janeiro/95, que tenham como objeto a prestação de serviços de informática e/ou a aquisição de equipamentos sob dispensa e/ou inexigibilidade de licitação. A resposta deu-se por meio eletrônico, atendendo à orientação do próprio TCU.

A outra diligência referia-se à Decisão nº 1027/2001, que trata da necessidade de licitação na contratação de telefonia móvel celular. Em resposta, a Capes informou que procedera daquela forma em processo licitatório, realizado em 06/12/2000, cuja contratação ocorreu em 02/03/2001.

Respondeu-se, também, a três diligências da Secretaria Federal de Controle Interno, discriminadas abaixo:

- a) ofício 5150/2001-DSSUP/SFC/MF, de 11/07/2001, que trata da representação a procedimento licitatório, apresentada pela empresa *Collection Móveis Comércio e Indústria Ltda.* O assunto já havia sido objeto de parecer da Procuradoria Jurídica e da Auditoria Interna da Capes no qual se negou o pleito da impetrante. A resposta foi encaminhada pelo ofício AUD nº 019/2001 de 28/08/2001;
- b) solicitação de informações, através do ofício nº 4667/DAPES/SFC-MF, de 27/07/2001, sobre o processo TC nº 002.722/2001-3, relativo a cinco processos de aposentadoria, os quais foram respondidos e enviados à SFC pelo ofício PR/Capes Nº 171/2001 em 17/07/2001; e
- c) ofício nº 7566/DSSUP/SFC/MF, de 02/10/2001, a respeito de saldos nas contas de convênios, respondido pela Capes pelo ofício/PR/Capes/Nº 280/2001, em 30/10/2001.

5.2 - Processos Administrativos Disciplinares, Tomada de Contas Especial e de Sindicância

Quanto aos processos de tomadas de contas especiais, pendentes do exercício de 2000 e iniciadas no exercício de 2001, foram tomadas medidas no

sentido de que os responsáveis pelos convênios prestassem contas dos recursos recebidos, o que ocorreu em todos os casos.

No tocante aos processos provenientes de pagamento de bolsas de estudo no exterior de bolsistas que não cumpriram suas obrigações junto a Capes, foram iniciados, na fase administrativa, 59 processos dos quais 06 já foram sanados, 14 já estão respondidos e encaminhados para a CGPE para análise, 04 estão na fase de negociação da devolução dos recursos, e os demais estão na fase de notificação.

Abaixo indicam-se os processos já solucionados ou que se encontram em fase de devolução, referente ao exercício de 2001:

PROCESSO	RESPONSÁVEL	VALOR Em US\$	SITUAÇÃO
1052/99-3	André Luiz G. Barbosa	953.00	Já devolvido à Capes
1717/97-3	Andre Vicente Ritter	36,111.67	Acordo Parcelamento de dívida Capes/Dcon
0040/93-7	Camila Bustani	65,380.00	Em fase de assinatura do Termo de Confissão de Dívida
3139/95-2	Cesar Augusto R.Crusius	129,212.60	Acordo Parcelamento de dívida Capes/Dcon
0955/94-2	Cláudio Simon	56,000.00	Em fase de assinatura do Termo de Confissão de Dívida
8097/91-16	Cristine S. Bradford	42,918.10	Acordo Parcelamento de dívida Capes/Dcon
485/91-2	Edmar W. Junior	96,212.00	Em fase de assinatura do Termo de Confissão de Dívida
0987/99-9	Eduardo B. Andrade	3,760.00	Acordo Parcelamento de dívida Capes/Dcon
1681/95-4	Eduardo Schiehl	84,341.00	Já devolvido à Capes
0958/96-7	Fernanda Rocha Darze	45,456.00	Acordo Parcelamento de dívida Capes/Dcon
1658/95-6	Fernando L. Teixeira	29,815.00	Acordo Parcelamento de dívida Capes/Dcon
1478/97-13	Jugurta R.M.Filho	5,575.00	Em fase de assinatura do Termo de Confissão de Dívida

5.3 - Convênios, Acordos e Ajustes

5.3.1 – Liberações

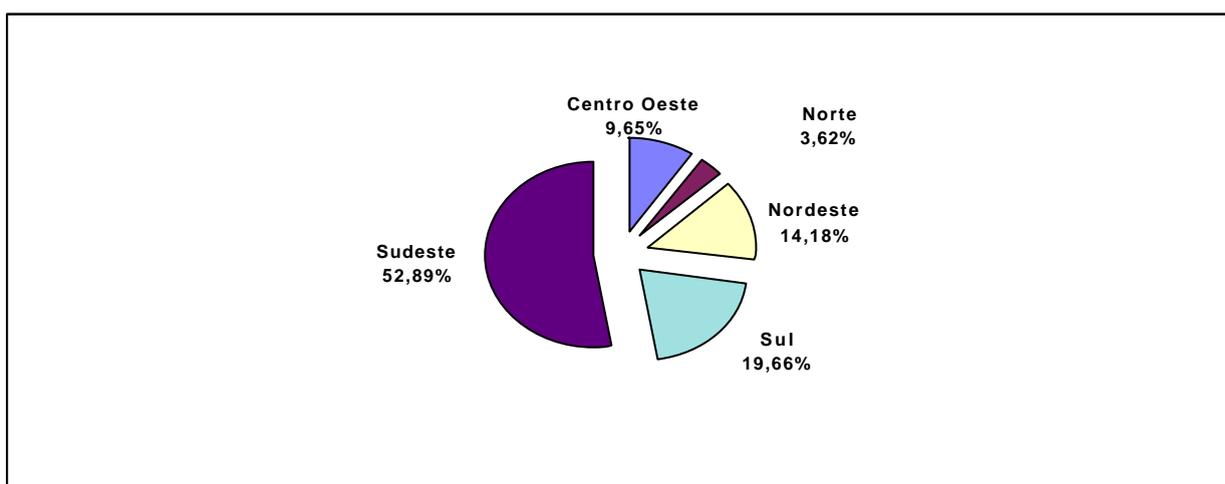
Para a consecução de seus objetivos, a Capes se utiliza da descentralização de recursos, mediante convênios. Em 2001, existiam 1.251

convênios ativos, firmados com instituições de ensino superior, dos quais 678 foram firmados naquele exercício para atendimento de diversos programas.

Dentre eles, os de concessão de bolsa de estudo, apoio a programas de pós – graduação, periódicos internacionais e auxílios à pesquisa.

De acordo com os dados no SIAFI, foi liberado um total de R\$ 364.500.102,70 (trezentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos mil, cento e dois reais e setenta centavos), atendendo a 136 municípios em todos os Estados da Federação além do Distrito Federal, sendo que a região mais beneficiada foi a Sudeste com 52% dos recursos repassados, conforme o gráfico.

GRÁFICO 15
Recursos repassados mediante Convênios por Região



5.3.2 – Prestações de Contas dos Convênios

Dos 1.251 registros inscritos na conta contábil “a comprovar”, apenas 72 estão relacionados a convênios cujo prazo regulamentar para envio de prestação de contas havia expirado em 2001. O total de registros comprovados foi de 1.707. Vale ressaltar que, pela norma de encerramento do exercício, os convênios cuja vigência tenha expirado em 31/12/2001 suas prestações de contas respectivas poderiam ser apresentadas até 28/02/2002.

A título de registro, foram aprovadas 1.515 prestações de contas, em todo o exercício de 2001, devidamente analisadas pelas áreas técnica, financeira e contábil, restando 648 registros de prestações de contas em fase de análise para o exercício seguinte.

Houve um total de 902 diligências expedidas com a finalidade de justificativas e/ou complementação de informações, sendo 794 totalmente atendidas, o que representa cerca de 88%. O restante foi, em sua maioria, também solucionado já no primeiro mês de 2002, restando apenas 22 casos em tramitação.

A respeito dos casos de inadimplência, detectaram-se 209 registros em 2001, sendo que 199 foram atendidos, ficando apenas 23 casos para diligências. Ressalta-se que todos os casos registrados no exercício de 2000, na situação de inadimplência, foram resolvidos, tendo as instituições enviado as prestações de contas e/ou apresentado as devidas justificativas.

A Capes está tomando todas as medidas necessárias que cada caso requer, com a notificação aos interessados para que apresentem as respectivas prestações de contas, sob pena de incidirem na situação de Tomada de Contas Especial.

5.3.3 – Convênios de Receita

A Capes executou, com orçamento de terceiros, um total de R\$ 7.712.338,13 (sete milhões, setecentos e doze mil, trezentos e trinta e oito reais e treze centavos), provenientes de convênios assinados com o Ministério de Ciência e Tecnologia, para custear o PADCT; com a Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico – SEMTEC/MEC para a implantação do Programa de Expansão do Ensino da Educação Profissional – PROEP (Sub-programa A do BID); e com a Secretaria de Educação a Distância SEED/MEC, para a continuidade do Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância - PAPED.

a) Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância – PAPED

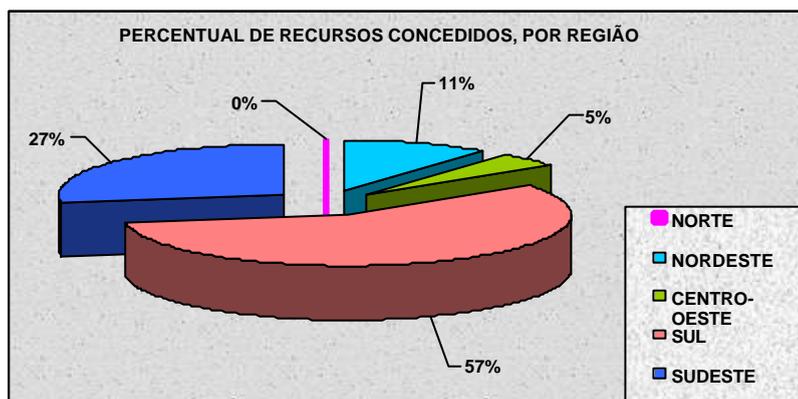
Em 2001, o Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância – PAPED, parceria entre a Capes e a SEED, contou com R\$ 56.700,00 (cinquenta e seis mil, setecentos reais) de recursos. Foram analisadas 48 propostas, sendo 13 de doutorado e 35 de mestrado. Das 13 propostas de doutorado, foram recomendadas 6, das quais 5 obtiveram financiamento. Das 35 propostas de mestrado, 11 foram recomendadas, sendo 7 aprovadas para o financiamento. Sete IES foram beneficiadas: UFBA, UFPR, UFRGS, UFMG e UNB com uma

proposta cada; UFSC e UFRJ com duas. A tabela 16 abaixo demonstra os valores alocados por região administrativa.

Os recursos foram classificados como receita própria e totalmente executados em 2001.

Gráfico 16

Recursos Concedidos, por Região



b) Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP

Para alcançar os objetivos, o PROEP firmou convênio com a Capes, constante do Contrato com o BID, no que diz respeito ao componente específico do Subprograma A, que abrange o desenvolvimento de recursos humanos para a implantação da reforma da educação profissional no país, a fim de financiar projetos voltados para a realização de programas de capacitação de docentes dos cursos de nível técnico, gestores e pessoal técnico – administrativo que atuam na educação profissional.

Em 2001, foram repassados recursos da ordem de R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais), distribuídos entre os 26 (vinte e seis) estados da Federação, visando a implantar, em instituições de ensino superior públicas, centros de referência para o ensino com a finalidade de estabelecer de forma sistemática, institucional e permanente programas visando ao desenvolvimento da excelência no ensino de educação profissional. Nessa primeira etapa, aprovaram-se 140 cursos de aperfeiçoamento.

c) *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT III*

A execução do PADCT III, durante o exercício de 2001 atingiu o montante de R\$ 2.341.355,83 (dois milhões, trezentos e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos), o que possibilitou aos projetos um avanço considerável na consolidação e manutenção dos cursos.

Do valor acima mencionado, R\$ 1.646.961,01 (um milhão, seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e um reais e um centavo) foram alocados para compras no exterior, sendo que R\$ 283.559,65 (duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) foram comprometidos, empenhados e liquidados no atendimento das licitações realizadas e, efetivamente, concluídas dentro do exercício de 2001. Segue abaixo a tabela que demonstra a distribuição dos recursos por *Status* jurídico das IES beneficiadas com recursos do PADCT III .

TABELA 19
PADCT – Distribuição por Status jurídico

INSTITUIÇÕES	Nº PROJETOS	PAÍS	EXTERIOR	TOTAL
FEDERAIS	15	566.917,83	1.377.418,75	1.944.336,58
ESTADUAIS	2	112.592,29	269.542,26	382.134,55
MUNICIPAIS	1	14.884,70	0,00	14.884,70
TOTAL	18	694.394,82	1.646.961,01	2.341.355,83

Obs: Contêm R\$ 285.717,70 relativos aos recursos de Restos a Pagar de 2000.

Ressalta-se que o valor de R\$ 64.497,62 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), registrado na conta nº 192210201 – Créditos Recebidos, SIAFI/2001, deve-se a lançamentos efetuados indevidamente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – São José dos Campos, através da notas de crédito 2001NC000004, referentes ao saldo do crédito disponível naquele Instituto correspondente a diversos convênios assinados com a Capes, quando o procedimento correto seria o cancelamento do referido crédito pela Fundação.

Com os estornos acima justificados, o saldo da Conta Crédito Recebido, no SIAFI2001 é de R\$ 7.718.887,00 (sete milhões setecentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta e sete reais).

5.4 - Da Conta Diversos Responsáveis

A conta Diversos Responsáveis abriga os registros de processos de Tomada de Contas Especiais encaminhadas ao TCU, bem como os casos de parcelamento de devolução de bolsas de estudo, provenientes de acordos assinados entre as partes. A situação em 31/12/2001 é apresentada a seguir:

CONTA CORRENTE	RESPONSÁVEL	VALOR Em R\$	SITUAÇÃO
92.PF1701469	Basílio Silva Passos	7,70	Tomada de Contas Especial em tramitação no TCU
94.PF1701937	Maria C.A. Araújo	1.404,86	Tomada de Contas Especial em tramitação no TCU
97.493384878-34	Roberto De Andrade Martins	6.868,13	T.C.E., processo ADM1374/97-4 enviado à Ciset/MEC
98.146355934-87	Roberto Germano Da Costa	7.490,19	T.C.E., processo ADM0134/98-8 enviado à Ciset/MEC
91414519-53	Altir Pedro Goeddert	33.201,80	Acórdão Nº 413/01 – TCU 1ª Câmara
TOTAL EM R\$		48.972,68	

No caso da Unidade Gestora do exterior, retratam os processos de pagamento de bolsas de estudo aos ex-bolsistas no exterior que não cumpriram com suas obrigações e foram notificados a devolver os valores investidos no período de suas bolsas. Após negociação, foram firmados Termos de Confissão de Dívida, registrando-se os valores na conta supramencionada para o devido controle, cujo saldo em 31/12/2001 é o abaixo descrito:

CONTA CORRENTE	RESPONSÁVEL	VALOR Em US\$	SITUAÇÃO
00 58417044949	André Vicente Ritter	36,111.67	Processo CBE 1717/97-3
01 EX1521720	Eduardo B. Andrade	3,760.00	Acordo Parcelamento de dívida Capes/Dcon
01 48207330015	Cristine S. Bradford	42,918.10	Acordo Parcelamento de dívida Capes/Dcon
01 EX1521722	Fernanda Rocha Darze	45,456.00	Acordo Parcelamento de dívida Capes/Dcon
01 00047849797	Fernando L. Teixeira	29,815.00	Acordo Parcelamento de dívida Capes/Dcon
01 60503718068	Cesar Augusto R.Crusius	129,212.60	Acordo Parcelamento de dívida Capes/Dcon

TOTAL EM U\$	287,273.37
---------------------	-------------------

5.5 - Das Economias Obtidas

Observando-se a tradição da Agência, a Administração da Capes, por meio da Coordenação de Serviços Administrativos, manteve-se empenhada na busca de maior racionalização e redução dos custos administrativos, sem prejuízo da qualidade e eficiência dos serviços prestados.

Como destaque deste capítulo, registra-se uma economia de 26% nos gastos com telefonia móvel (2000 – R\$ 32 mil ; 2001 – R\$ 23,4 mil); de 36% em publicações na imprensa oficial (2000 – R\$ 224,8 mil; 2001 – R\$ 142,2 mil) e de 36% com envio de correspondências – ECT (2000 – R\$ 148,1 mil; 2001 – R\$ 94,4 mil).

Para finalizar, assente-se o apoio da Secretaria Federal de Controle Interno e da 6ª SECEX do Tribunal de Contas da União, que têm contribuído, por meio de orientações legais e administrativas, para o êxito de todas as atividades.

Brasília, em 28 de Janeiro de 2002.

Original assinado por

ABÍLIO AFONSO BAETA NEVES
Presidente

Original assinado por

LUIZ ALBERTO HORTA BARBOSA
Diretor de Administração

Original assinado por

GEOVÁ PARENTE FARIAS
Auditor-Chefe

Original assinado por

LUCY ANNE VIEIRA DE OLIVEIRA
Coordenadora de Orçamento e
Finanças

Original assinado por

MARIA LÚCIA DE MELO AMORIN
Chefe da Divisão de Contabilidade
CRC-DF 014358/0-8

